



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 18 – nº 67 – junho 2007

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

MIGRAÇÕES E TRABALHO:

valorizar a contribuição e erradicar a exploração

EDITORIAL

ITALIANO

[Gli immigrati lavorano più degli italiani – 23.05.07](#)

[Sempre più imprenditori immigrati – 19.04.07](#)

[Ministero del Lavoro: il 90% delle colf è straniero – 23.04.07](#)

[In Italia un muratore su cinque è straniero – 08.06.07](#)

[Immigrazione: lavoro nero nel settore turistico – 05.03.07](#)

[Dagli immigrati l'8,8% del PIL – 08.05.07](#)

[Giro di vite per chi assume clandestini – 16.05.07](#)

[Polonia: Pil a rischio per l'emigrazione – 20.03.07](#)

PORTUGUÊS

[Europa terá déficit de 55 milhões de trabalhadores em 2050 se fechar fronteiras – 09.05.07](#)

[União Europeia: fomentar a “migração circular” – 17.05.07](#)

[Brasil - Polícia vê lavradores em condição subumana em SP – 19.05.07](#)

[SP e Rio exportam mão-de-obra para Norte e Centro-Oeste, diz pesquisa – 01.02.07](#)

[Brasil é único do Mercosul a não assinar convenção da ONU – 18.12.06](#)

[Crescimento faz angolanos retornarem ao país – 13.05.07](#)

[EUA - Imigrantes geram mais renda do que carga econômica, diz estudo – 23.05.07](#)

ENGLISH

[Committee on Protection of Rights of Migrants Meets with States Parties – 25.04.07](#)

[India calling: IT pros returning home – 14.05.07](#)

[Ageing UK needs 7m immigrants to survive – 13.05.07](#)

[Kenya: Great Potential in Diaspora for Kenya's Economic Growth - 07.05.07](#)

[Zimbabwe: Displaced Farmers Troop Back to Zim – 01.06.07](#)

[Brazil's ethanol slaves: 200,000 migrant sugar cutters who prop up renewable energy boom – 09.03.07](#)

[20% more Filipino DHs hired in HK this January – DoLE – 01.03.07](#)

ESPAÑOL

[México: Economía de la migración – 28.05.07](#)

[Migrantes paraguayos están entre los mejor pagados en España – 07.06.07](#)

[España - Más de la mitad de los inmigrantes que trabajan por su cuenta son mujeres – 25.05.07](#)

[Rusia prohíbe a los extranjeros vender – 02.04.07](#)

[Argentina - Crece la presencia extranjera en el negocio de las verduras - 22.01.07](#)

[México - Mayoría de los inmigrantes mexicanos en EEUU tenía empleo en su país - 13.02.07](#)

[EEUU - Inmigrantes, esenciales para economía estadounidense - 16.05.07](#)

Editorial

O tema das migrações internacionais é associado, com freqüência, à questão do trabalho, sobretudo no que diz respeito às motivações do ato migratório e suas implicações. Acredita-se, comumente, que o desempregado migra em busca de emprego, o trabalhador à procura de salários mais justos, o profissional qualificado em busca de oportunidades de trabalho na sua área de formação.

Nos países de destino, em particular, a imigração é geralmente relacionada a questões econômicas. Os imigrantes são facilmente culpados de três grandes crimes: roubar o trabalho da mão-de-obra local; provocar a redução dos salários dos trabalhadores; e, mais em geral, aumentar os gastos dos serviços públicos do Estado, acirrando, assim, os problemas econômicos do país.

Uma leitura mais atenta das relações migrações X trabalho, em nível internacional, leva a problematizar essas afirmações, exige uma visão mais ampla do tema e favorece uma compreensão mais articulada das problemáticas e potencialidades ligadas à complexidade dessa relação.

Em primeiro lugar, não há dúvida de que, na atualidade, à raiz de muitos fluxos está a procura por (melhores) empregos. O crescente envio de remessas por parte dos migrantes é uma contundente confirmação desse fato. Mesmo assim, não seria correto afirmar que os móveis da migração sejam sempre e exclusivamente de caráter econômico ou trabalhista. Ainda hoje, por exemplo, de acordo com a Comissão de População e Desenvolvimento da ONU (2006), as pessoas que emigram por razões de reunião familiar representam uma grande fatia do total.

Além disso, não raramente, a motivação trabalhista está associada a outros fatores que, de fato, condicionam e, às vezes, determinam o ato decisório de emigrar. É o caso, por exemplo, da mulher que rejeita as estruturas de gênero do próprio contexto social, almeja uma vida mais autônoma e acaba emigrando para outro país em busca de trabalho. Neste caso, à raiz da migração está antes o anseio pela emancipação que a procura por trabalho. Este, às vezes, mais que a causa principal, representa uma necessidade do ato migratório: quantas pessoas poderiam viver, por longo tempo, no exterior sem trabalhar?

Enfim, ao focar a relação entre migração e trabalho, é importante, antes de tudo, não cair no reducionismo de identificar na busca de melhores salários a única e exclusiva causa da mobilidade. Ainda que o fator econômico seja o principal, não é o único.

Algumas clarificações são necessárias, também, no que diz respeito às conseqüências das migrações para os mercados de trabalho dos países de destino, a fim de evitar preconceitos e mal-entendidos.

A acusação de que os migrantes estariam competindo com a mão-de-obra nacional, provocando maior desemprego e redução dos salários, não tem muitos fundamentos. Com efeito, em geral, os migrantes costumam preencher os vazios do mercado de trabalho, assumindo aqueles empregos freqüentemente rejeitados pelos trabalhadores locais, sobretudo nas áreas da agricultura, construção civil, mineração ou serviços de baixa remuneração e qualificação profissional limitada ou específica, como trabalhos domésticos e cuidado de anciãos e crianças, entre outros. Mesmo a mão-de-obra qualificada, muitas vezes, assume empregos pouco procurados, sobretudo na área da saúde.

O que acontece com maior freqüência é, justamente, a exploração de trabalhadores migrantes por parte de empregadores inescrupulosos. Isso vale tanto em relação à migração internacional, quanto à migração interna. Recentemente, alguns países aumentaram a fiscalização e as sanções contra os que “contratam” migrantes irregulares. Neste caso, tem-se a impressão de que a preocupação, mais que na defesa dos direitos trabalhistas, esteja no combate ao trabalho informal e, indiretamente, à imigração irregular.

Na realidade, há quem sustente, também, que essas ações de repressão são mais panfletárias do que efetivas, pois existem fortes interesses econômicos em atrair mão-de-obra estrangeira, submissa, barata e jovem. No caso dos trabalhadores irregulares, de forma específica, a inserção no trabalho informal gera altos lucros para os “empregadores” que evitam os gastos dos encargos sociais. Enfim, a redução dos salários, se houver, antes que consequência das migrações, é o produto da exploração da mão-de-obra migrante.

Além disso, é importante salientar que, nos últimos anos, cresceu sensivelmente o número de migrantes empreendedores. Esse fato atesta tanto o acelerado processo de inserção nos mercados locais, quanto a capacidade desses migrantes de contribuir para o crescimento econômico dos países que os acolhem. Na Itália, de acordo com o ISTAT, as 230 mil empresas chefiadas por estrangeiros contribuem com 8,8% do PIB do país. Outra pesquisa, realizada na Flórida, revela que os imigrantes geram mais renda que encargos à economia estadual. E isso vale não apenas para os profissionais qualificados, mas também para todas as categorias de trabalhadores migrantes. Em geral, os ganhos em poder ter mão-de-obra imigrante regular, estão no aumento das entradas fiscais por parte de pessoas para as quais os governos nada ou quase nada gastaram para seu crescimento, saúde e educação.

Esses dados são suficientes para rechaçar a transformação dos trabalhadores migrantes em “bodes expiatórios” das crises econômicas dos países de chegada. Ademais, cabe lembrar que, na conjuntura atual, a interdependência entre povos e estados no quadro de uma economia cada vez mais planetária não é mais sustentável sem leis e políticas que incluam a participação nestes processos de todos os povos e, portanto, a livre circulação de mão-de-obra, sendo discriminatória a posição de quem acolhe apenas migrantes ricos e altamente qualificados ou, vice-versa, migrantes que aceitam salários mais baixos e se submetem a serviços rejeitados pelos autóctones.

Complexas, também, são as implicações das migrações internacionais nos países de saída. Na Polônia, por exemplo, a forte emigração de trabalhadores para os demais países da União Européia está provocando a redução de 3,5% do PIB. Por outro lado, o crescente aumento das remessas enviadas pelos trabalhadores migrantes nos países em desenvolvimento pode constituir um importante auxílio para o sustento de famílias pobres. Sobre essa análise, todavia, não há unanimidade. Em geral, com o aumento da intensidade das migrações internacionais, crescem também as situações de retorno de trabalhadores nas terras de origem, atraídos, às vezes, pelo fim de conflitos e pela recuperação econômica.

Enfim, quando o assunto é a economia, com frequência, existem conflitos de interesse entre os diferentes atores envolvidos. No entanto, um olhar mais perspicaz e livre de preconceitos pode enxergar convergências entre a defesa dos direitos trabalhistas dos migrantes e os interesses tanto dos países de chegada (e de seus trabalhadores) quanto dos países de saída. O que não pode ser tolerada é a desenfreada busca de lucros às custas dos direitos dos trabalhadores migrantes. É neste sentido, que urge a assinatura e ratificação, por parte de todos os países, da “Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias”.

Gli immigrati lavorano più degli italiani

Per la prima volta quest'anno il Rapporto Istat dedica un ampio approfondimento agli stranieri residenti. Sono quasi tre milioni, le nazionalità prevalenti quella romena, albanese e marocchina. Tendono a stabilizzarsi invece le comunità "storiche", dai nordafricani ai filippini. L'88% della popolazione straniera risiede nel Centro-Nord, ben un quarto in Lombardia

di Rosaria Amato

ROMA - Quasi tre milioni di immigrati, ormai il cinque per cento della popolazione, ma con un

tasso di occupazione più alto rispetto alla media italiana e un tasso di fecondità doppio, che ha fatto sì che circa la metà dell'incremento della

natalità osservato per il complesso della popolazione tra il 1995 e il 2005 si possa attribuire alle donne straniere. Nonostante l'Italia abbia una "storia migratoria" più recente di Germania, Francia, e Regno Unito, la presenza degli stranieri sta assumendo una rilevanza sempre maggiore, sotto tutti i profili, sociale, economico e culturale.

Per la prima volta quest'anno il Rapporto Istat dedica un accurato studio al fenomeno, sottolineandone gli aspetti positivi che non sempre emergono dalle cronache: "L'Italia è il Paese europeo che presenta la maggiore attrattività dei flussi migratori - spiega uno dei coordinatori del Rapporto, Valerio Terra Abrami - insieme alla Spagna. Il fatto che poi la lingua italiana non sia spendibile nè in altri Paesi d'immigrazione nè nei Paesi d'origine, rende più difficile un'ulteriore emigrazione, e facilita al contrario l'integrazione e si traduce, in molti casi, in una maggior coscienza di appartenenza e di cittadinanza".

I numeri e le nazionalità. Al 1° gennaio 2006 sono stati rilevati 2.768.000 stranieri residenti in Italia, il 4,7 per cento della popolazione. L'aumento rispetto all'anno precedente è di 268.000 unità, +11,2 per cento. Rispetto ad altri Paesi europei, soprattutto a quelli ex coloniali, l'Italia presenta una grande eterogeneità nelle provenienze. Un terzo degli immigrati viene da Romania (271.000), Albania (257.000) e Marocco (240.000). I rimanenti due terzi si distribuiscono in oltre 15 nazionalità: in particolare, per Cina e Ucraina si registrano oltre 100.000 presenze regolari.

Nel triennio che va dal 2003 al 2005 si è verificato un forte incremento delle comunità provenienti dall'Europa centro-orientale, in particolare Ucraina (+103,4 per cento), Moldavia (+89,7 per cento) e Romania (+46,3 per cento), e un rallentamento dei flussi migratori delle comunità "storiche", e cioè quelle nordafricana (+14,6 per cento), albanese (+17 per cento) e filippina (+11,4 per cento). Per la Cina si rileva un +22,4 per cento di incremento medio annuo nel triennio considerato.

Minorenni in forte aumento. In poco più di quattro anni i minorenni sono raddoppiati dal 2,9 al 5,9 per cento, grazie all'effetto combinato di ricongiunimenti familiari e nascite. Dall'ottobre 2001 al 1° gennaio 2006 infatti i minorenni sono aumentati di oltre 300.000 unità, raggiungendo quasi i 600.000 residenti. Le donne straniere hanno un tasso di fecondità di 2,45 figli contro

1,24 delle donne italiane nel 2005. Inoltre tendono ad avere figli in età più giovane, in media a 27,5 anni contro i 31,3 delle italiane.

Gli stranieri preferiscono il Nord. L'88 per cento della popolazione straniera risiede nel Centro-Nord, ben un quarto in Lombardia, con una incidenza del 7 per cento sul totale dei residenti. In Emilia Romagna l'incidenza è del 6,9 per cento, in Veneto e Umbria del 6,8 per cento, nel Lazio del 5,2 per cento.

Un elevato tasso di occupazione. Gli stranieri, rileva il Rapporto Istat, partecipano al mercato del lavoro più degli italiani: il loro tasso di attività è pari nel 2006 al 73,7 per cento, superiore di ben 12 punti percentuali rispetto a quello della media della popolazione italiana. La quota di popolazione in età lavorativa occupata è di circa nove punti percentuali più elevata per la componente straniera. Tuttavia il differenziale per gli uomini è di 14 punti, per le donne di poco meno di cinque punti percentuali.

Professioni a bassa specializzazione. Gli stranieri svolgono in prevalenza professioni a bassa specializzazione: quasi tre stranieri su quattro sono operai o svolgono un lavoro non qualificato. Gli uomini in genere si collocano nei settori dell'edilizia, dei trasporti e dell'agricoltura, a eccezione dei cinesi che trovano largamente impiego nell'ambito della produzione tessile e dell'abbigliamento.

Le donne straniere lavorano invece soprattutto come collaboratrici domestiche nelle grandi città: nella provincia di Roma ogni 1.000 residenti ci sono oltre 20 lavoratori domestici stranieri, a Milano 13 e a Firenze 11.

Aumentano gli imprenditori stranieri. Molti immigrati tentano però con successo la strada dell'iniziativa privata: tra il 1998 gli imprenditori stranieri uomini sono passati da circa 35.000 a 106.000 e le donne da 14.000 a 32.000.

Stranieri il 32% dei carcerati. Gli stranieri sono il 21% degli imputati per fatti delittuosi e il 32% del totale della popolazione carceraria. Secondo il Rapporto il numero delle persone nate all'estero denunciate e imputate è cresciuto, passando dalle 42.617 unità del 1995 (il 7% dei denunciati e imputati nel complesso) alle 117.118 del 2004 (il 21% del complesso), con un incremento del 174,8%, incremento che tuttavia è molto minore della crescita della presenza straniera regolare registrata nello stesso periodo (+229%).

Nel Rapporto, l'Istat rileva una percentuale elevata di stranieri denunciati per furto (19% del complesso dei denunciati nati all'estero), per produzione e spaccio di stupefacenti (11,7%), per ricettazione (11,6%), per falsità in atti e persone (8,5%). [TOP](#)

Fonte:
<http://www.repubblica.it/2007/05/sezioni/economia/istat-rapporto-2006/focus-immigrati/focus-immigrati.html>
23.05.07

Sempre più imprenditori immigrati

Le ditte individuali sono 230mila, crescono del 10% l'anno. Rapporti stabili con le banche, utili reinvestiti in Italia

ROMA - Aumentano senza sosta gli immigrati che si mettono in proprio, la crescita delle loro imprese viaggia a ritmi di gran lunga superiori rispetto a quelle degli italiani e produce utili reinvestiti quasi completamente in Italia.

A fare il punto su una delle realtà più dinamiche del nostro sistema economico è lo studio "Comportamenti finanziari e creditizi della società multi-etnica" realizzato da Unioncamere, Nomisma, Crif e Adiconsum presentato ieri a Roma.

Dal 2001 a oggi le imprese individuali gestite da immigrati sono passate da circa 100 mila ad oltre 227 mila unità, con un tasso annuo di crescita del 10%, che fa impallidire il dato nazionale fermo all'1,2%. Sono realtà giovani (il 15% degli imprenditori immigrati ha meno di 30 anni) e si concentrano prevalentemente nel commercio (40%), nelle costruzioni (29,9%) e nei servizi (13,5%).

Il 70% delle 227 mila imprese di immigrati ha rapporti con le banche italiane e il 40% ha chiesto un prestito (l'importo medio è 34 mila euro), per l'avvio o l'ampliamento di un'attività, ma la maggior parte ha utilizzato risorse proprie o fornite da parenti e amici. Secondo la ricerca, gli imprenditori dell'Est europeo e gli africani ricorrono maggiormente al finanziamento bancario, mentre i cinesi sono più propensi a cercare i fondi all'interno della comunità.

La maggior parte dei profitti si trasforma in consumi in Italia, circa un quarto degli intervistati ritiene di dover investire i maggiori guadagni nel rafforzamento della propria attività, mentre solo una piccola quota (poco più del 2%) è destinata ad aumentare le rimesse verso il Paese di

provenienza. Circa un quarto degli imprenditori intervistati ritiene di dover investire i maggiori guadagni nel rafforzamento della propria attività.

"La tendenza di questi imprenditori a reinvestire i loro profitti per consolidare la loro attività imprenditoriale produce un vantaggio alla nostra economia e dimostra che le prospettive di medio e lungo periodo dell'imprenditore immigrato sono quelle di un suo progetto di vita futura e di un radicamento in Italia" ha commentato il sottosegretario all'Interno, Marcella Lucidi.

Quando però manca l'appoggio delle istituzioni, questi imprenditori sviluppano la loro attività solo all'interno della comunità, "con la conseguenza - nota Lucidi - che viene a ridursi l'impatto positivo della loro attività sull'economia del nostro Paese e gli imprenditori immigrati sono indotti a rinunciare a servizi qualitativamente migliori".

Occorre quindi rimuovere, secondo il sottosegretario, "quegli ostacoli che impediscono a questi imprenditori di competere assumendo al pari degli altri il rischio della loro attività. Così come occorre favorire, in un quadro di norme sempre più agibili per tutti gli imprenditori, sia italiani che stranieri, l'osservanza delle regole che non alterino la concorrenza attraverso, per esempio, il ricorso al lavoro nero degli irregolari. Per questo - ha concluso - un maggior coinvolgimento degli enti locali nelle procedure per i permessi di soggiorno così come una migliore fruibilità dei servizi pubblici e privati può essere di supporto all'integrazione economica e sociale". [TOP](#)

Fonte:
<http://www.stranieriinitalia.it/news/imprese19apr2007.htm>
19.04.07

Ministero del Lavoro: il 90% delle colf è straniero

In Italia sono 1,3 milioni, ma solo 745.000 con regolare contratto di lavoro

ROMA - Il 90% è straniero e quasi il 50% lavora in nero. E' questo il panorama del mercato italiano delle collaboratrici domestiche: un mercato da 1,3 milioni di colf, di cui solo 745.000 con regolare contratto di lavoro, che consente allo Stato di risparmiare circa 6 miliardi di euro in termini di Welfare, cioè di prestazioni assistenziali.

Il quadro arriva dal direttore generale del Ministero del Lavoro, Lea Battistoni, che - intervenendo al diciottesimo congresso nazionale dell'Api-Colf - ha sottolineato come la presenza in Italia di lavoratrici domestiche "è talmente rilevante da far paragonare questo settore a quello metalmeccanico", anche se con percentuali di 'nero' totalmente diverse.

"Ci sono 745.000 lavoratrici in Italia, dice l'Inps, ma noi sappiamo che 500.000 o 600.000 non sono registrate. Si tratta di un mercato del lavoro da 1,3 milioni di persone", ha spiegato Battistoni, aggiungendo che "il 90% non sono italiane". Un mercato tutto al femminile, quindi, anche se il direttore generale per il Mercato del Lavoro, evita

di "palare solo di donne, perché ci sono le basi per la crescita della presenza degli uomini, adesso ancora rappresentati in minima parte" nel settore delle collaborazioni domestiche.

E' anche un mercato 'utile', visto che, ha sottolineato Battistoni, "lo stato risparmia sei miliardi di euro attraverso questo sistema di Welfare", che garantisce assistenza e sostegno a persone anziane o ammalate. Grazie alla rete delle badanti, cioè, vengono assicurati servizi che non ricadono così sull'assistenza pubblica.

Rimane comunque il problema del lavoro nero, comunque in leggero miglioramento rispetto agli anni passati, se si pensa che nel 2001 l'associazione Domina stimava all'80% il tasso di collaboratrici in nero. "Il primo passo è regolarizzare le presenze", spiega Battistoni, ricordando che "in Italia c'è la proposta di Ferrero di escludere dai flussi annuali di immigrazione i collaboratori familiari". [TOP](#)

Fonte: <http://www.stranieriinitalia.it/news/colf23apr2007.htm> - 23.04.07

In Italia un muratore su cinque è straniero

Rapporto Ires-Fillea: occupati 406.000 lavoratori immigrati su un totale di 1.912.000

Roma (Migranti-press) - Un muratore su cinque è straniero. Nel campo delle costruzioni sono occupati 406.000 lavoratori immigrati (il 21,2% su un totale di 1.912.000), di cui almeno 90.000 sono irregolari. Sono questi i dati contenuti nel II Rapporto Ires-Fillea, presentato alla IV Conferenza nazionale dei lavoratori stranieri di Fillea Cgil, che si è svolta al Centro Congressi Frentani di Roma.

Nelle aree metropolitane la loro presenza arriva al 50% della forza lavoro complessiva, per raggiungere anche punte dell'80%. Un dato confermato dalle Casse edili dove, quest'anno, la nuove registrazioni di lavoratori stranieri sono aumentate - secondo i dati del sindacato - del 400%. Sono stati, infatti, 175.000 i nuovi iscritti, una cifra che rappresenta il 28% sul totale delle nuove registrazioni (625.000). Un incremento, sottolineano nel rapporto, che lascia immaginare, tra non molto tempo, un settore con manodopera

prevalentemente straniera. La Lombardia, con più di 84.000 lavoratori stranieri, è la regione dove sono più presenti. Seguono il Veneto con 46.000 presenze, il Lazio (34.000) e l'Emilia Romagna (32.000).

I lavoratori stranieri dell'edilizia sono soprattutto operai semplici, senza particolari qualifiche o competenze. Il 70% svolge, infatti, le mansioni più faticose e meno retribuite. Gli operai specializzati rappresentano solo il 9% della forza lavoro straniera a fronte del 30% complessivo.

I lavoratori immigrati sono mal pagati. Percepiscono, infatti, una retribuzione al di sotto della media di quella di altri lavoratori dipendenti nello stesso settore. In seguito alla regolarizzazione del lavoro sommerso del 2002, è emerso che gli operai non comunitari guadagnano, in media, il 24% in meno rispetto agli altri lavoratori del settore edile. [TOP](#)

Fonte:

http://www.chiesacattolica.it/pls/ccci_new/bd_edit_doc.edit_documento?p_id=12759 - 08.06.07

Immigrazione: lavoro nero nel settore turistico

Discriminazione nel settore alberghiero

Una vera piaga: più facile voltare la testa per non vederla. E' il lavoro nero nel settore turistico in Trentino, una delle regioni più attente a questi problemi e forse anche per questo il dato emerge con maggiore rilevanza e chiarezza. Secondo i dati di una recente indagine nel settore del turismo in Trentino il lavoro nero raggiunge una quota del 18%: "Dati preoccupanti che possono anche cambiare totalmente se si pensa a tutto il non controllato, il sommerso" - ha affermato Giovanni Tascino della Cisl al Convegno organizzato a Riva del Garda il 27 febbraio da Migra - Osservatorio sulla discriminazione degli immigrati nel lavoro. "Una vera piaga del settore e non solo a Riva, ma anche in altre valli del Trentino: Val di Non, Val di Sole, Val di Fiemme, Val di Fassa dove il turismo impiega soprattutto lavoratori stranieri" - ha ribadito Roland Caramelle della Filcams-CGIL.

Ma secondo l'Associazione Albergatori il lavoro nero non esiste: "Il lavoro nero? Non esiste nei nostri alberghi e non mi risultano esserci nemmeno particolari differenze di retribuzione tra italiani ed esteri - ha infatti replicato Anna Perugini dell'Associazione Albergatori di Riva del Garda. Sulla stessa linea anche Graziano Zambanini dell'Unione Commercio e Turismo di Trento che ha sottolineato che se di lavoro nero si vuole parlare è solo lavoro nero temporaneo per problemi burocratici che impediscono al datore di lavoro di fare assunzioni "veloci".

Quello della legislazione rappresenta un ostacolo sia per datori di lavoro che per il mondo sindacale; le rigidità della legge Bossi Fini non solo creano meno opportunità per i lavoratori stranieri, costringendoli a passare dalla regolarità ad una posizione irregolare, ma anche per i datori di lavoro che preferirebbero norme più flessibili.

Sulla discriminazione subita dai lavoratori immigrati si è invece soffermato l'intervento di affermata Serena Piovesan di Cinformi e ricercatrice Migra. "La discriminazione rappresenta un costo e costituisce una minaccia alla

coesione sociale. Non solo. La discriminazione è svantaggiosa perché può portare ad un rafforzamento della segmentazione del mercato del lavoro, può ridurre l'efficacia delle politiche pubbliche, alimentare vissuti di rottura che possono portare alla devianza, inibire l'espressione del potenziale di categorie socialmente svantaggiate" - ha affermato la ricercatrice di Migra.

Evitare la discriminazione sarebbe utile sia per motivi etici, ma anche per motivi utilitaristici: minori costi per la collettività e maggiori guadagni per i singoli, sia per gli operatori del settore che per i lavoratori.

La situazione oggi appare diversa: il datore di lavoro fatica spesso ad accettare l'idea che un immigrato rappresenti un'opportunità mentre vi ricorre il più delle volte per necessità. Se il settore terziario manifesta un alto dinamismo - sono 9000 le assunzioni di lavoratori immigrati su 13.400 occupati in Trentino - non mancano però le ombre: si registra infatti un aumento percentuale di infortuni di lavoratori stranieri e, come detto, una quota consistente di lavoro nero.

"Una modalità per superare il problema potrebbe essere quella di estendere il concetto di 'certificazione dell'azienda' anche agli standard lavorativi della struttura oltre che alla qualità del servizio fornito" - ha sottolineato Adalberto Mosaner, Vicesindaco di Riva del Garda. In altre parole "il turismo di qualità deve passare prima di tutto attraverso il rispetto delle persone".

Un convegno coraggioso quello organizzato dall'osservatorio Migra, che ha avuto sicuramente il pregio di portare e quasi costringere al confronto realtà diverse - sindacati, associazioni imprenditoriali, mondo politico e della ricerca - su un tema di cui molti sanno ma che si preferisce spesso non affrontare. [GB] [TOP](#)

Fonte: <http://unimondo.oneworld.net/article/view/146795/1/> - 05.03.07

Dagli immigrati l'8,8% del PIL

230mila imprese con titolare straniero, grazie alle quali si evita la crisi.

ROMA - Gli immigrati, titolari di 230mila ditte in Italia, sono attori fondamentali per la sopravvivenza delle piccola imprenditoria e contribuiscono all'8,8% del PIL. Sono dati pubblicati da Unioncamere nel Rapporto 2007, presentato ieri a Roma. Lo studio dedica un intero capitolo a "Presenza straniera in Italia e ruolo degli immigrati nello sviluppo economico".

Nel 2005 i titolari d'impresa nati all'estero hanno superato le 200mila unità (contro le 105mila del 2001), nel 2006 hanno toccato quota 230mila. Senza di loro, stima Unioncamere, il numero delle microimprese in Italia avrebbe subito, negli ultimi anni, una perdita secca di 23.366 unità. Queste imprese si concentrano principalmente nel commercio (95mila), in edilizia (68mila), nel settore manifatturiero (25mila) e nei trasporti (11mila). La maggior parte dei titolari arriva dal Marocco (40mila), seguono cinesi (26mila), albanesi (20mila) e romeni (17mila).

Secondo una stima originale elaborata dal Centro Studi Unioncamere e dall'Istituto Guglielmo l'apporto degli immigrati alla creazione di valore aggiunto è pari all'8,8% a livello nazionale ma supera il 10% nelle principali regioni d'inseri-

mento: Lombardia, Veneto ed Emilia Romagna. E se nel Nord-Ovest il contributo al PIL derivante dal lavoro degli immigrati sfiora il 40% del totale nazionale, è l'edilizia il settore più importante da questo punto di vista (18,3%).

L'arrivo di manodopera immigrata rappresenta il principale fattore di trasformazione del mercato del lavoro italiano degli ultimi vent'anni. Ad assorbirla sono in primo luogo i servizi (57%), ma se si sommano manifatturiero (27%) ed edilizia (28%), il totale dell'industria arriva ad avere un peso in termini occupazionali superiore allo stesso terziario.

Unioncamere segnala infine come l'incidenza delle assunzioni di immigrati sui nuovi reclutamenti è superiore al loro peso sulle forze di lavoro e sugli occupati: esse coprono una quota compresa tra il 15,2% (stima di minima) e il 23,3% (stima di massima) delle assunzioni programmate dalle imprese monitorate attraverso il Sistema Informativo Excelsior. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.stranieriinitalia.it/news/unioncamere8mag2007.htm> - 08.05.07

Giro di vite per chi assume clandestini

Adottata una proposta di direttiva con pesanti sanzioni per i datori di lavoro. Ecco il testo e i punti principali.

BRUXELLES - Esclusione da appalti e finanziamenti pubblici, pagamento dei contributi arretrati, multe, responsabilità penale: sono alcune delle sanzioni previste per i datori di lavoro che impiegano immigrati irregolari da una proposta di direttiva adottata stamattina dalla Commissione europea.

L'esecutivo dell'Ue vuole così colpire l'offerta di lavoro nero, una dei richiami principali (probabilmente il più forte) per i flussi clandestini. Il testo dovrà essere ora approvato da Consiglio e Parlamento europeo e, in caso di via libera, recepito dalla legislazione di tutti gli stati membri.

Secondo la proposta di direttiva, i datori di lavoro devono verificare prima dell'assunzione che il cittadino straniero sia in posizione regolare, controllando il suo permesso di soggiorno. Questa verifica li metterà al riparo da eventuali sanzioni, a meno che i documenti del lavoratore straniero non risultino manifestamente falsi (ad esempio perché hanno una foto diversa o sono stati chiaramente alterati).

Le sanzioni di tipo amministrativo colpiscono le imprese (in caso di subappalti si può risalire lungo tutta la catena dei "contractors") ma anche i singoli cittadini, come i datori di lavoro domestico. A seconda dell'infrazione potrebbero includere delle multe e anche il pagamento del rimpatrio e

di tutti i salari e i contributi arretrati dei cittadini stranieri, per i quali invece questa direttiva non prevede sanzioni.

Le imprese che impiegano clandestini vengono inoltre colpite duramente nel portafoglio. Gli stati membri possono infatti scegliere di escluderle per cinque anni da appalti, aiuti e finanziamenti pubblici, compreso l'accesso ai fondi europei, e costringerle a restituire quelli già incassati nei dodici mesi precedenti alla verifica dell'infrazione. Si può infine arrivare alla chiusura, temporanea o permanente, degli stabilimenti.

Nei casi più gravi l'impiego di lavoratori irregolari diventa un reato e scattano le sanzioni penali. La direttiva individua quattro situazioni: infrazioni ripetute (almeno tre in due anni), impiego di un numero significativo di clandestini (almeno quattro, suggerisce la Commissione), condizioni di particolarmente sfruttamento (ad esempio quando ci sono differenze significative rispetto ai lavoratori regolari), consapevolezza da parte del datore di lavoro che i clandestini sono vittime della tratta di esseri umani.

Per facilitare la presentazione di denunce da parte dei lavoratori irregolari, la direttiva prevede che queste possano essere raccolte direttamente dalle autorità o attraverso "terze parti", come potrebbero essere ad esempio, sindacati e associazioni. Nei casi di sfruttamento più grave potrà inoltre esser rilasciato all'immigrato che collabora alle indagini contro il datore di lavoro un permesso di soggiorno, come avviene per le vittime della tratta.

Infine, strumento fondamentale e da rafforzare per combattere lo sfruttamento sono le ispezioni. Gli stati membri dovranno assicurarne abbastanza da coprire ogni anno almeno il 10% delle imprese attive sul territorio, selezionandole in base a studi sull'incidenza del lavoro irregolare in ogni settore e a passate infrazioni. Rapporti triennali monitoreranno l'applicazione della direttiva. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.stranieriinitalia.it/news/direttiva16mag2007.htm> - 16.05.07

Polonia: Pil a rischio per l'emigrazione

Rapporto del ministero dell'Economia. "Calo consistente della forza lavoro"

VARSAVIA - Il costante flusso migratorio verso occidente, potrebbe arrivare a costare alla Polonia il 3,5% del Pil nel lungo periodo. Addirittura fra il 2006 e il 2025, la somma di tutte le riduzioni in termini percentuali del Pil, derivanti direttamente dall'emigrazione, potrebbe raggiungere il 45%. Questo l'allarmante risultato del rapporto pubblicato dal ministero dell'Economia polacco.

Un fenomeno, quello dell'emigrazione, che sta diventando ormai una costante in tutte le analisi e gli studi degli esperti polacchi. Inizialmente salutato quasi con sollievo a beneficio del livello degli inoccupati, esso si è trasformato ormai in un vero e proprio boomerang che rischia di rallentare

la potenziale crescita economica della Polonia, negli anni a venire.

"Se il trend migratorio non si placa, presto la Polonia dovrà far fronte ad un calo consistente della propria forza lavoro. Ciò influenzerà negativamente sulla crescita dell'economia, riattivando la pressione inflazionistica", si legge nel rapporto ministeriale. La presenza di un tale numero di polacchi all'estero è probabile porti ad forte aumento dei trasferimenti di denaro verso la Polonia, contribuendo così all'apprezzamento della moneta locale, lo zloty, nei confronti di dollaro e euro. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.stranieriinitalia.it/news/polonia20mar2007.htm> - 20.03.07

Europa terá déficit de 55 milhões de trabalhadores em 2050 se fechar fronteiras

O continente europeu terá um déficit de 55 milhões de trabalhadores no ano 2050 se fechar as fronteiras à imigração, indica um relatório da empresa de trabalho temporário Randstad, divulgado hoje em Madrid.

Rita Paz

O estudo, citado pela agência Lusa, refere que 45% dos trabalhadores estrangeiros contratados em Espanha nos últimos anos é oriundo da América Central e da América do Sul, enquanto 30% provem do continente africano.

Em Madrid, a maioria dos imigrantes é de origem equatoriana e em Barcelona marroquina, tendo crescido o número de portugueses no País Basco, de suíços na Corunha, de franceses em Salamanca e de venezuelanos em Tenerife. As regiões com mais trabalhadores estrangeiros são Lérida (51%), Girona (35%) e Guadalajara (32%).

Segundo o estudo, o maior número de trabalhadores estrangeiros é do grupo etário de entre 30 e 39 anos, enquanto a maioria dos

trabalhadores espanhóis tem idades entre os 16 e os 24 anos. Cerca de 44% dos trabalhadores estrangeiros só tem formação a nível primário, comparativamente aos 34% dos espanhóis nesta condição.

Os trabalhadores oriundos da UE têm funções parecidas às dos espanhóis, enquanto os provenientes da Europa de Leste se dedicam principalmente a trabalhos de produção. A maioria dos estrangeiros trabalha na produção, serviços de limpeza, administração e hotelaria.

[TOP](#)

Fonte:

<http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/internacional/economia/pt/desarrollo/990845.html> - 09.05.07

União Europeia: Fomentar a “migração circular”

No âmbito da política migratória e combate à migração ilegal, o executivo comunitário apresentou no dia 16 de Maio uma proposta de lei e duas comunicações, uma das quais sobre o fomento da chamada "migração circular", que promova o regresso dos imigrantes ao país de origem e lhes possibilite posteriormente voltar a trabalhar na UE.

No quadro da "migração circular", que durante pelo menos dois anos será um projecto-piloto, e tem como objectivo responder às necessidades de mão-de-obra da UE e, ao mesmo tempo, ajudar no desenvolvimento dos países de origem, prevê-se que quem cumprir com as regras estipuladas em acordos com o país de origem poderá regressar posteriormente à União.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, comentou que se trata de uma tentativa de regular de forma mais estável fluxos

migratórios entre a Europa e a África, no âmbito da migração legal, sendo uma proposta que tem virtualidades, mas não chega por si só, pois dirige-se apenas a um dos aspectos do problema.

O ministro sublinhou designadamente que esta figura não responde por si só ao problema da regulação dos fluxos migratórios e não responde também à necessidade de uma harmonização de políticas no espaço europeu que permita gerir esta questão.

Luís Amado acrescentou que, durante a presidência portuguesa da UE, haverá oportunidade de abordar toda a problemática migratória no espaço europeu de uma forma mais horizontal. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=1854> - 17.05.07

Polícia vê lavradores em condição subumana em SP

Jucimara De Pauda

Quarenta e três trabalhadores rurais vindos do Maranhão foram encontrados ontem pela Polícia Civil e pela Vigilância Sanitária vivendo em condições subumanas, sem trabalho e sem

dinheiro em um casa em Guariba, no interior paulista.

Apesar de Guariba ser uma região canavieira, eles contaram que foram contactados em Anajatuba e em Arari, interior do Maranhão, por

uma mulher chamada Zelda, que lhes prometeu salário de R\$ 650 para trabalhar na lavoura de laranja e com registro em carteira.

Os migrantes pagaram R\$ 170 pela viagem de três dias em um ônibus da empresa Me Leva Brasil, que quebrou três vezes no caminho. Com pouco dinheiro, a maioria comeu banana com farinha. Ao chegar, há sete dias, a proposta mudou: a agenciadora, que seria parceira de Zelda, recepcionou o grupo, os colocou no alojamento cobrando R\$ 350 de cada um por comida e moradia, e disse que iria arrumar vaga para todos, mas no corte de cana. Nenhum deles conseguiu o emprego.

A mulher, que não teve o nome divulgado, foi detida e liberada após prestar depoimento. Ela disse que só alojou o grupo por caridade, mas vai ser investigada por aliciamento.

Na casa, os 43 trabalhadores dividiam espaço em quatro cômodos, sem chuveiro, que tinha instalações precárias e nenhum móvel -apenas colchões espalhados pelo chão.

A operação foi feita após denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba e da

Pastoral do Migrante. A casa foi interditada pela Vigilância Sanitária e os bóias-frias foram transferidos para um abrigo da Pastoral.

"O "gato" tem lucro no aluguel da casa, na produção do trabalhador e até na alimentação, e tudo isso é crime", afirmou Mário Antônio Gomes, do Ministério Público do Trabalho.

"Eles não tinham como tomar banho, dormiam em colchões muito finos e, como o espaço era pequeno, dormiam até em três em um colchão de casal. Já fiz várias vistorias, mas esta foi a pior situação que vi", afirmou Douglas dos Santos, coordenador da Vigilância Sanitária de Guariba.

Outro lado

A reportagem ligou para a empresa Me Leva Brasil, em São Luís (Maranhão). A pessoa que atendeu se identificou apenas como Natália e disse ser filha de Zelda. Segundo ela, sua mãe trabalha há 15 anos com a venda de passagens para o interior paulista, mas nunca prometeu emprego para ninguém. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u117331.shtml> - 19.05.07

SP e Rio exportam mão-de-obra para Norte e Centro-Oeste, diz pesquisa

KAREN CAMACHO

São Paulo deixou de ser a locomotiva do país e vive um momento de estagnação da economia e, por consequência, da geração de emprego. O Estado onde migrantes de todas as regiões do país buscavam oportunidades no passado já não absorve mão-de-obra e registra um dos maiores números de "exportação" de trabalhadores.

Em contrapartida, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que se desenvolveram mais nos últimos 15 anos, não apresentam resultados tão positivos de forma a equilibrar o emprego no país. Pelo contrário, onde há geração de vagas, principalmente em locais com atividades de agropecuária, também há aumento do desemprego, em função da migração desordenada.

Os dados estão no estudo inédito "Nova geoeconomia do emprego no Brasil: um balanço de 15 anos nos Estados da federação", do economista Marcio Pochmann, coordenador técnico do Instituto DataSOL.

O trabalho reúne informações sobre a evolução do PIB, do emprego, da migração e da PEA (População Economicamente Ativa) por Estado e por região do país, de 1990 a 2005.

Migração

O perfil do migrante mudou nos últimos 15 anos, segundo Pochmann. No ano passado, cerca de 2,8 milhões de brasileiros migraram para algum lugar. Até 2000, esse número era de cerca de 3,2 milhões por ano.

Mas o migrante atual não procura apenas os cargos de rendimentos menores. Apesar dos Estados com atividade agropecuária estarem entre os que mais recebem migrantes, o perfil do trabalhador que se muda se volta para o comércio e prestação de serviços.

São Paulo, que chegou a ter como saldo entre entrada e saídas de migrantes a absorção de 340 mil migrantes entre 1995 e 2000, mudou seu perfil e teve como saldo a "exportação" de 105 mil pessoas entre 1999 e 2004.

O Rio chegou a ter como saldo a entrada de 45,5 mil pessoas de 1995 a 2000. O Estado, no entanto, teve saldo de 77 mil trabalhadores "exportados" de 1999 a 2004.

A Bahia é o Estado que mais tem saldo com a saída de pessoas, 352 mil de 1995 a 2004. Goiás é o Estado que mais absorveu migrantes neste mesmo período, 350 mil, também no saldo que exclui as saídas.

O Centro-Oeste registrou saldo líquido de 465 mil migrantes, descontando os que saíram, de 1995 a 2004. Toda a região Norte registrou saldo de 126 mil pessoas no mesmo período.

Trabalho

Entre 1990 e 2005, o Pará foi o Estado com maior geração de emprego proporcional, com alta de 5,43%, incluindo trabalho formal e informal. Na seqüência vêm Mato Grosso (4,38%) e Amazonas (4,14%). São Paulo ocupa o 15º lugar com aumento de 1,77% nas vagas o Rio está em 22º, com alta de apenas 0,85%. A média nacional é de 2,32%.

Ainda assim, a PEA cresceu mais do que o mercado de trabalho pode absorver e o desemprego aumentou em todos os Estados, mesmo em regiões como Norte e Centro-Oeste, onde houve expansão da economia e o PIB por trabalhador na ativa cresceu mais.

A taxa de desemprego subiu 15,27% no Mato Grosso, de 1999 a 2005, e 15,15% no Amazonas, no mesmo período. São Paulo registrou alta de 11,42% e o Rio de Janeiro de 8,43%.

Segundo Pochmann, isso ocorre porque a população migra e acaba gerando mais demanda de emprego do que a região ofertaria. Isso também derruba os rendimentos.

Na região Norte, apesar do PIB por ocupado ter crescido 2,15%, os rendimentos caíram 37,95%, de 1990 a 2005. No Sudeste, o PIB por ocupado cresceu 1,11%, mas o rendimento caiu 8,53% e, no Centro-Oeste, o PIB por ocupado subiu 20,79%, mas os rendimentos caíram 5,21%. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ut91u114200.shtml> - 01.02.07

Brasil é único do Mercosul a não assinar convenção da ONU

Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes até hoje não foi ratificada pelo Brasil. Campanha nacional pede ratificação.

Bia Barbosa – Carta Maior

SÃO PAULO – Segundo dados da Organização das Nações Unidas, em 2005 havia no mundo de 185 a 191 milhões de pessoas em situação de migração. Deste total, 51% eram mulheres. Cerca de 21 milhões de latino-americanos estavam fora de seus países de origem; 15 milhões deles morando nos Estados Unidos. Enquanto são 4 milhões os brasileiros vivendo fora daqui, o país contabiliza, em situação regular, pouco menos de um milhão de imigrantes – não há base de cálculo para os não documentados no Brasil. A presença dos imigrantes no Brasil, até hoje, é regida pela ultrapassada Lei do Estrangeiro, um estatuto jurídico da década de 80 – portanto, de um período em que o país ainda vivia sob a influência direta da ditadura militar –, que em muitos pontos é contraditório com o que afirma a própria Constituição de 1988.

Outro instrumento normativo que poderia ser usado para a garantia dos direitos dos imigrantes – mas que até hoje não foi ratificado pelo Estado brasileiro – é a Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família. Aprovada em 18 de dezembro de 1990, depois de uma década de debates no âmbito da ONU, a convenção entrou em vigor em 2003. Em 1996, o Brasil já havia incluído em seu Plano Nacional de Direitos Humanos o compromisso com a ratificação. Desde então, cresceram as mobilizações para que o tratado internacional fosse ratificado. Além de ser o único país do Mercosul a não integrar o instrumento, das grandes convenções das Nações Unidas esta é a única não assinada pelo país.

Para pressionar o governo e o Congresso brasileiros, no último domingo (17), por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Imigrante, celebrado em 18 de dezembro, foi lançada uma

campanha nacional pela ratificação da convenção internacional. O lançamento ocorreu simultaneamente em 16 cidades brasileiras e em outros países integrados numa campanha mundial.

No documento intitulado “Carta dos Imigrantes no Dia Mundial do Imigrante: Cidadania Universal e Direitos Humanos”, que será encaminhado ao presidente Lula e a autoridades do poder municipal, estadual e federal, dezenas de organizações exigem a ratificação da convenção da ONU e do Tratado de Livre Residência, que garante a livre circulação das pessoas em países do Mercosul e na Comunidade Sul-americana de Nações. Cobram ainda uma Nova Lei de Imigração, que seja justa, solidária e humanitária; pedem anistia ampla e geral para os imigrantes que vivem no país; e reivindicam seu acesso às políticas públicas, independentemente de sua situação administrativa.

“Os direitos das pessoas não derivam do fato de elas pertencerem a um Estado ou outro, mas de sua dignidade como humanos. Então não podem ser alterados, independentemente de onde estejam. Ou seja, a condição migratória não pode privar as pessoas do gozo de seus direitos fundamentais. Há um conjunto de direitos que não podem ser violados pelos Estados, governos, países ou sociedades. São inerentes às pessoas e não dependem de onde elas estão”, afirma Irmã Rosita, presidente do Instituto de Migrações e Direitos Humanos. São esses direitos que, na avaliação de organizações que trabalham com migrantes no país, podem ser melhor garantidos se o Brasil assinar a convenção da ONU.

No documento lançado neste domingo, as entidades também denunciam que a imigração é um processo impulsionado no marco da globalização, resultado de uma situação econômica, política, cultural e social relacionada diretamente aos efeitos do modelo neoliberal. Elas entendem que os fluxos migratórios são resultado da injustiça e do desequilíbrio estabelecidos no mundo entre ricos e pobres, entre pessoas com e sem trabalho, que fazem com que as pessoas migrem em busca de melhores condições de vida. Por isso denunciam a externalização e a fortificação das fronteiras, o tratamento do imigrante como moeda de troca ou como simples força de trabalho, as máfias e o tráfico de pessoas para exploração sexual e para o trabalho escravo.

“Cresce no mundo a multidão dos que são impelidos ou obrigados a deixar sua região de origem para poder sobreviver. No entanto, o imigrante é chamado ou rejeitado em um país segundo as necessidades dos governos. São tratados como mercadoria. Enquanto crescem os tratados de livre comércio, de importação e exportação, é muito rara a discussão de tratados entre países cujo foco central seja a pessoa humana. Por isso o crescimento da liberdade de movimentação dos bens de capitais sem a devida prioridade dos seres humanos é algo que precisa mudar”, afirma Rosita. “Há iniciativas em países que tornam a migração um crime. Dão um tratamento policial a um fato social. Temos que afastar essa visão”, completa.

Impasse interno

O início da tramitação da convenção da ONU no Congresso brasileiro depende de um acordo a que precisam chegar o Itamaraty, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Ministério do Trabalho e o Ministério da Justiça. Segundo a SEDH, o que tem impedido o consenso do governo federal é um parecer do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, que faz uma série de ressalvas à convenção.

“Defendemos o pronto início da tramitação sem ressalvas, porque isso descaracteriza a convenção. Podemos iniciar a tramitação com dois pareceres diversos, mas isso é ruim para o governo. Então precisamos dialogar com o Ministério da Justiça”, explica Paulo Vannuchi, ministro dos Direitos Humanos. “Daria para superar isso com o [ministro] Marcio Thomaz Bastos se não estivéssemos no período encalacrado do Natal. Mas há chances de convencer e demover os técnicos do ministério e iniciar o processo de tramitação nas próximas semanas”, avalia.

Para Vannuchi, do ponto de vista simbólico, pelo fato do Brasil ser um “país de migrantes”, “é absolutamente intolerável” que ainda tenhamos em vigor uma legislação como essa. “Há mais de 20 anos o mundo proclama as benesses da globalização, que certamente traz fluxos humanos. Então é preciso ter uma política de solidariedade”, afirma.

Na visão do deputado estadual Renato Simões (PT-SP), o impedimento à livre circulação das pessoas no país torna a vida dos imigrantes acolhidos pelo Brasil insuportável. “Todas as pessoas que escolheram o Brasil para viver não

têm acesso ao trabalho, à educação, à saúde para seus filhos”, explica. “É insuportável que um governo democrático e popular não resolva esse problema da Lei do Estrangeiro e da convenção da ONU. Espero que isso venha num segundo mandato, porque é importante dotar o Brasil de

um novo marco legal compatível com os direitos humanos”, completa Simões. [TOP](#)

Fonte:

http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMost.rar.cfm?materia_id=13156&editoria_id=5 - 18.12.06

Crescimento faz angolanos retornarem ao país

Adriana Marcolini

Godwin Malichi é um dos 410 mil angolanos que voltaram para casa nos últimos quatro anos com o apoio da ONU. O número equivale a 90% de todos os que deixaram o país: 457 mil. Depois de se ver obrigado a morar 31 anos num campo de refugiados na vizinha Zâmbia, sua vontade de voltar era enorme. E a expectativa também.

Transcorridos cinco anos desde o fim da guerra civil, celebrados neste último mês de abril, o economista Malichi esperava achar trabalho e matricular os filhos numa escola. No entanto, apesar de a economia angolana estar se recuperando, ele tem encontrado exigências burocráticas que não esperava --entre as quais a necessidade de carteira de filiação ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido atualmente no poder, para conseguir emprego nas instituições públicas.

Uma herança dos 27 longos anos de um conflito que deixou 1 milhão de mortos, uma estimativa de 12 milhões de minas terrestres e cerca de 100 mil pessoas mutiladas, além de ter trazido prejuízos ao ambiente e arrasado a infraestrutura do país --que já havia sido devastado pelos 14 anos da guerra pela independência contra Portugal (1961-1975).

"Volto em maio", afirma Alexandre João de Carvalho, refugiado angolano no Brasil, que aqui se especializou em informática. Vivendo no Rio de Janeiro desde 1993, ele será um dos primeiros, entre os 1.750 angolanos que foram acolhidos pelo país, a aceitar o apoio oferecido pelas Nações Unidas aos que desejam regressar voluntariamente.

"Vamos pagar o bilhete aéreo e daremos uma ajuda individual de US\$ 200 para as despesas de viagem", conta o representante do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) no Brasil, Luis Varese. Em Angola, o Acnur desenvolve vários programas de apoio

para os que voltam, procurando viabilizar a sua permanência.

Crescimento

O país que Carvalho encontrará será bem diferente daquele que deixou em 1993. Os bombardeios e explosões cederam lugar à retomada da economia. Responsável por 50% do PIB, a produção de petróleo já ocupa o segundo lugar na África e a exportação de diamantes é a segunda maior fonte de divisas. O PIB tem crescido em média 9% ao ano, e a inflação anual está por volta de 10%.

Apesar de exibir índices positivos, Angola carece de atividades econômicas expressivas fora desses setores e sofre de corrupção crônica. A má distribuição de renda talvez seja o maior obstáculo ao desenvolvimento: 70% dos angolanos vivem com menos de US\$ 2 por dia, de acordo com o Banco Mundial.

O saneamento inadequado tem causado problemas graves de saúde pública, como a recente epidemia de cólera. Os dados são alarmantes: segundo a organização Médicos sem Fronteiras, desde o início deste ano, 63 pessoas já morreram de cólera e foram notificados cerca de 4.800 casos.

O secretário Daniel Nogueira Leitão, diplomata da embaixada brasileira em Luanda, capital angolana, observa que, embora o governo de Angola tenha muitos desafios pela frente, o país tem conseguido crédito financeiro internacional e está investindo na recuperação da infra-estrutura. "O Brasil ampliou em US\$ 750 milhões a linha de crédito a Angola e está aumentando o apoio na área de cooperação técnica", conta.

O diplomata afirma que os angolanos confiam na retomada do processo democrático e salienta que o cadastramento dos eleitores, ora em curso, é um passo importante.

O governo do presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA, fixou as eleições parlamentares para 2008 e as presidenciais para 2009 - a primeira vez que os angolanos vão votar desde 1992.

As eleições serão um teste para a paz e a democracia e uma ocasião para colocar à prova

a frase do escritor angolano José Eduardo Agualusa: "O pessimismo é um luxo dos povos felizes". [TOP](#)

Fonte:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107307.shtml> - 13.05.07

Imigrantes geram mais renda do que carga econômica, diz estudo

Eles pagam ao estado, por ano, mais de 15 milhões de dólares em impostos

Segundo recente estudo publicado ontem pela Universidade Internacional da Flórida (FIU), os imigrantes que moram na Flórida geram mais renda do que encargos à economia estadual. A maioria dos estrangeiros que se mudaram para o estado entre 2000 e 2005, devolveram aos cofres da Flórida em impostos, mais dinheiro do que solicitaram em serviços e assistência médica.

A pesquisa também revela que o nível educacional dos imigrantes é equivalente aos dos nativos da Flórida, e que essa nova população contribuiu para o crescimento do estado.

Os números

Ainda conforme o estudo, os imigrantes pagaram ao estado o montante de \$15,390 milhões por

ano, em impostos, encargos trabalhistas, impostos sobre vendas e sobre propriedades. Isso equivale a \$4.755 por pessoa, ao ano. A contribuição tributária dos residentes não imigrantes foi de \$5.261 por pessoa. Em comparação com os benefícios recebidos, os imigrantes pagaram \$1.500 a mais, e os floridianos apenas \$1.390.

O estudo também revela que durante os cinco anos os residentes oriundos de outros países mostraram maior inclinação a abrirem suas próprias empresas e terem autonomia econômica. (fonte:acheiusa.com). [TOP](#)

Fonte:
<http://www.braziliantimes.com/23.05.07/imigra/index.htm> - 23.05.07

Committee on Protection of Rights of Migrants Meets with States Parties

Discusses Status of Reporting, Working Methods and Promotion of Convention

The Committee on the Protection of the Rights of Migrant Workers this morning held a meeting with States parties to the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families in order to discuss the status of reporting, the working methods of the Committee in examining initial reports, and ways and means to promote the Convention.

In an introductory statement, Prasad Kariyawasam, the Chairperson of the Committee, said the substantive items on the agenda for the meeting today were the status of reporting under the Convention, the Committee's working methods in examining the initial reports submitted by States parties, and the promotion of the Convention. The Convention now had 36 States

parties, with the most recent to join being Argentina and Mauritania. The initial reports of Mali and Mexico had been considered at past sessions. Yesterday, the Committee had completed its consideration of the report of Egypt, and was now working on the concluding observations on that report, which would be released this Friday. Initial reports had also been received from Ecuador, Syria, Bolivia and El Salvador. However, 29 reports were overdue, most of them since July 2004. Indeed, the reports of Mauritania and Argentina were the only ones that were not overdue.

It was essential for the Committee to conduct its functions efficiently so that they could make a difference on the ground for migrant workers and members of their families, which was the reason

that States had signed the Convention. The Chairperson was very concerned that the submission of State party reports was taking too much time. Considering the reports and making observations on them would also have a snowball effect in getting other States to join the Convention. When States saw what effect the Convention was having on the ground, it would encourage them to join.

There was a need to promote the Convention, the Chairperson underscored. Thirty-six States parties was far too low, and most of those were labour-sending States, rather than receiving States. Particularly important was to attract destination countries members, especially in Europe. It was necessary to have some countries that were prominent human rights champions as States parties. A number of countries were still reluctant to join the Convention due to misconceptions about it, particularly among European countries. The Committee had been working to change that. There had been an important side event held during the most recent Human Rights Council session, which had been designed to dispel those misconceptions, and that meeting had been quite successful. Existing States parties also had an important role to play here. It was in States' best interests to do so, as the greater number of States that joined meant greater protections for migrant workers around the world.

In conclusion, the Chairperson said it was important to promote the Convention's core message of rights-based migration. He was confident that this very forward-looking Convention – this Convention which took account of the effects of globalization on the world labour – would one day be universalized.

In the dialogue that followed, the representative of Sri Lanka said that the initial report of Sri Lanka was now being finalized and it was hoped that it would be submitted this year, along with Sri Lanka's core report. A comprehensive report had already been prepared by the Ministry of Labour on female migrant workers, in conjunction with non-governmental organizations.

The representative of Ecuador said that migration was a very important issue in Ecuador, and all social players were involved – both governmental and non-governmental – including civil society. Notably, the national human rights policy included the issue of migration. Ecuador wished to note its reservations about the upcoming Forum on

Migration to be held in Brussels, which did not have a human rights component. Finally, Ecuador wished to hear the views of the Committee on the proposal for a single, unified standing treaty body.

The representative of the Philippines said that its initial report was under preparation and it was hoped it would be submitted this year. The Philippines was working within the framework of the Association of Southeast Asian Nations to advance the cause of migrant workers. Moreover, the Philippines would be participating in the upcoming Forum on Migration and Development in Brussels, and was scheduled to host the following meeting of the Forum. The Philippines agreed that the Forum should incorporate a human rights dimension. Also of interest would be to explore how the Human Rights Council could better promote migrant workers rights.

The representative of Kyrgyzstan said that Kyrgyzstan was in the process of preparing its initial report. The past two years had not been easy for Kyrgyzstan, which was undergoing a process of change. Kyrgyzstan had an agency to address migration issues, as well as a State Committee on Migration and Labour. As one tenth of the population of Kyrgyzstan was working abroad, migration was an issue of great importance for the country.

The representative of Argentina recalled that Argentina had just ratified the Convention last February. Argentina had a visionary approach to migrant workers rights. What would be of greatest interest would be to hear from States who had belonged to the Convention the longest, to hear what their experiences had been.

The representative of Mexico suggested that the Committee become involved in the preparatory work for the Forum on Migration and Development to be held in Brussels, to ensure that a human rights perspective was incorporated. Mexico also appealed to the High Commissioner to play a role in the Global Migration Group, which was an association of different agencies, both United Nations and non-United Nations bodies, and to ensure that human rights were taken into consideration in its work.

The representative of Bosnia and Herzegovina said that the delay in submitting the report of Bosnia and Herzegovina had been owing to administrative difficulties. It was now hoped that the initial report would be submitted in June 2007.

In following comments by experts, an Expert observed that, as labour sending countries, the

States parties had an important role to play in promoting the Convention, in particular with labour-receiving States. He would like to hear from the States parties themselves on this issue. An Expert pointed out that States parties had a responsibility to ensure that the subject of human rights was included as a dimension of the Forum on Migration and Development, to be held in Brussels.

In concluding observations, the Chairperson said that, in the absence of any comments from States parties to the contrary, the Committee would consider that its working methods were acceptable. The commitment of many States parties to submit their reports as soon as

possible, and to involve their national human rights institutions suitably in that process, had also been noted. Finally, the involvement of States parties in promoting the Convention had been highlighted, and it was hoped that representatives would address those concerns with their Governments.

When the Committee reconvenes this afternoon, at 3 p.m., it will continue to discuss the issues of reporting and promotion of the Convention, and will also address treaty body reform. [TOP](#)

Fonte:

[http://www.unog.ch/80256EDD006B9C2E/\(httpNewsByYear_en\)/91A653F34B1AF9BBC12572C8003A40CD?OpenDocument](http://www.unog.ch/80256EDD006B9C2E/(httpNewsByYear_en)/91A653F34B1AF9BBC12572C8003A40CD?OpenDocument) - 25.04.07

India calling: IT pros returning home

The country's fast growing economy and leaping information technology sector is attracting home more and more Indian from the Silicon Valley. In fact, according to The Indus Entrepreneur Group (TIE) estimates around 60,000 may have returned in recent years, says a media report.

No region of the United States has been more affected by this trend than Silicon Valley. TIE had reported in 2003 that between 15,000 and 20,000 Indians have returned and charter member of the organization Vish Mishra told San Jose Mercury News that the trend had continued and about 40,000 more had gone back in the last four years.

Mishra, who is a senior venture partner with Clearstone Ventures, said the flow of investment capital to India also has expanded, much of it from Silicon Valley VC firms. Clearstone Venture Partners now has an office in Mumbai, as do

many other firms that either is based in or originated in Silicon Valley.

During the 12-month period that ended in August 2006, Mishra told the paper, VC firms invested \$2 billion in early and late-stage companies. The report quotes a study released earlier this year by Anna-Lee Saxenian of the University of California-Berkeley and by Duke University, as saying Indians founded 15% of all Silicon Valley start-ups.

The study also found that 53% of the science and engineering workforce in the valley is foreign-born, and that one-quarter of immigrant-founded engineering and scientific companies set up in the United States during the past decade were by Indians. [TOP](#)

Fonte:

<http://economictimes.indiatimes.com/articleshow/2045730.cms> - 14.05.07

Ageing UK needs 7m immigrants to survive

Only an influx of workers from the East can help Britain's shrinking labour force support the post-war generation in retirement, says Christopher Johnson

The discussion on climate change has distracted attention from another equally serious threat to economic growth: the ageing population.

Industrialised countries face a 'double whammy': the Organisation for Economic Co-operation and Development estimates that, as a result of

ageing, the 2.5 per cent per head growth rate its members have enjoyed over the past 30 years of the 20th century will fall to 1.7 per cent in the first 30 years of the 21st century.

The main effect of ageing on economic growth - as the 'baby boom' generation retires - is the reduction in the working population and an

increase in the number of old people whom those in work have to support. The slowdown in future growth this implies must be addressed if pensioners are not to suffer even more than the economically active.

The UK's rate of economic growth is forecast to drop from its current level of about 2.75 per cent a year to 2 per cent over the 40 years from 2015, according to the Treasury's long-term public finance report, as employment growth falls to zero and productivity continues at 2 per cent. Even this disappointing performance depends on the crucial assumption that net immigration will continue at 145,000 a year from now until 2055. This is less than the surge of the last two years, but it still means that the number of immigrants will increase by 7 million over the 50 years to 2055 - more than the entire current foreign-born population of about 6 million.

The enlargement of the EU has caused a shift in immigration to the UK as those emigrating from the Commonwealth are overtaken by those from other European countries - with a high proportion of Poles at present, to be followed possibly by a high proportion of Turks between now and 2055. Such immigrants are more likely to be skilled - and also to return home after a time - than those from more distant, developing countries. But as Lord Turner, chairman of the Pensions Commission, has pointed out, the UK needs to make much more preparation for an influx on this scale in terms of housing, education and infrastructure.

It is believed that immigrants will account for more than 70 per cent of the projected increase in the total UK population from 59.8 million in 2004 to 69.5 million in 2055. This population increase of 0.3 per cent a year will bring the GDP growth rate per head - a better measure of living standards - down to 1.7 per cent.

Immigrants, about half of them young and seeking work, will prevent the working UK population - and thus the GDP growth rate - from falling after 2015, when the 'baby boom' generation starts moving into retirement. Another

important factor in shoring up GDP will be the contribution made by the existing UK labour force working until later in life. The increase in women's state pension age from 60 to 65 between 2010 and 2020 will add nearly 2 million to the working population - now about 37 million - and the gradual rise in state retirement age to 68 from 2024 will add another 850,000 to employment by 2055.

Much depends on how Britain's women measure up to the challenge. The participation rate for women of 50 to 59 rose from 60 to 69 per cent in the 20 years to 2005, and is projected to go on rising to 77 per cent by 2020. The theory is that women have been working into middle age in larger numbers, and that this will continue into older age groups.

Older women may participate more in the labour force - but if employers are unwilling to take them on, they will add to unemployment or take the option of retiring earlier on a lower pension, and the potential effect on output may be cancelled out. They may also want to work part-time or shorter hours, which could have the same adverse effect on output.

An additional way of increasing the labour force would be to accelerate the government's leisurely timetable for later retirement for both sexes. The state pension age is due to rise to 66 in 2024-26, then to 67 ten years after that, and to 68 in 2044-46. The government is also looking at ways to reduce the number of people claiming incapacity benefit - 2.7 million at present, far more than the 1.7 million officially unemployed.

The UK and its European partners have a choice of policies to prevent the slowdown in growth due to ageing. The Treasury's projection of an extra 5 per cent of GDP to be spent on pensions, health and long-term care before 2055 depends on its growth assumptions while targets for government deficits and debt are sustained. We need grey growth as well as green growth. [TOP](#)

Fonte:
<http://www.guardian.co.uk/immigration/story/0,,2078289,00.html> - 13.05.07

Kenya: Great Potential in Diaspora for Kenya's Economic Growth

There is currently a lot of national interest in the role of the Diaspora in Kenya's development. According to United States census reports for the

year 2000, there were 40,680 Kenyan immigrants.

This number is unrealistically low because it is based on sample data that only capture first generation Kenyan immigrants. Nevertheless, this census information contains an interesting profile of Kenyans in the US and has important implications for our country's development.

Kenyans make more money than many other African immigrant groups and Americans. In 2000, Kenyans had a per capita (personal) income of \$28,000 (or nearly Sh2 million at current exchange rates). This income was higher than that of all other black African immigrants such as Nigerians (\$27,000), Ghanaians (\$23,000), Egyptians (\$33,000), and South Africans (\$42,000), who are mostly white.

Moreover, since the per capita income for the general US population was \$21,587, the average Kenyan immigrant earned nearly \$6,000 more than the average American.

IT IS NOTEWORTHY THAT KENYAN men made nearly \$10,000 more than the women in 2000. Although Kenyans generally make far more money than their brethren back home, they also spend more because the cost of living in the US is very high.

Most of the Kenyans in the US are well educated and have very good English language skills. In 2000, nearly 52 per cent had a Bachelor's degree or higher compared to 28 per cent for the general US population.

And of the Kenyans with an undergraduate or higher degree, 23 per cent had a Master's or professional degree.

Although the US has tightened its immigration laws since the September 2001 terrorist attacks, the silver lining of this is that the new laws have made it harder for non-immigrant Kenyans to drop out of school. As a result, many more Kenyans are graduating at even more impressive rates.

The 2010 US census is likely to show a significant increase in the number of Kenyans in the US with undergraduate degrees or higher. Kenya has since the 1993-94 academic year led other African countries in the number of students in American colleges and universities.

In 2000, the Kenyans had a combined income of over \$1 billion (Sh79) billion at current exchange rates. If you add those who were not counted by the census and the thousands who live in Canada, Europe, other African countries, the

Middle East, Australia, and New Zealand, the substantial economic power of the global Kenyan Diaspora becomes clear.

This is why the Diaspora has been able to remit to Kenya more than Sh50 billion annually in the last few years. If this income were productively invested, it could go a long way towards transforming Kenya into a real "African Lion".

Unfortunately, much of the money sent back home is often put to unproductive uses such as buying food, consumer goods, and repaying family debts.

The Government can do more to help convert more of our Diaspora remittances into productive investments by delivering basic services such as health care. One also hopes that government officials will not seize on the beneficial economic impact of the Diaspora's remittances to fleece the country through scams like Goldenberg and Anglo Leasing.

The Government must also realise that remittances are neither a reliable nor long term source of foreign exchange. Kenya should use the current windfall to foster economic growth. Kenyans in the Diaspora should also help fellow Kenyans to keep the Government honest.

In the 1980s and 1990s, for example, Diaspora remittances helped the Kanu regime to maintain reasonable foreign currency reserves that not only helped it defy local and international pressure for reform, but also helped it stay in power longer than would have been possible.

EVIDENCE FROM OTHER PARTS OF the world shows that immigrant investments in assets like land, can inflate its cost and make it unaffordable to those who really need it for survival. Remittances from the Diaspora can also worsen regional and local income inequalities and contribute to problems like crime.

Areas with many people in the Diaspora can also develop a "migration culture" that makes those left behind to prefer migration over local economic opportunities.

Without awareness of the negative effects of such remittances, the Government will not be able to develop measures to minimise them. On its part, the Diaspora should try and minimise investments that hurt rather than help local communities. **TOP**

Fonte: <http://allafrica.com/stories/200705070352.html> - 07.05.07

Zimbabwe: Displaced Farmers Troop Back to Zim

Augustine Mukaro

A NUMBER of displaced Zimbabwean farmers who relocated to neighbouring countries to flee the chaotic land reform programme have started to troop back into the country after encountering fresh problems at their new bases, the Zimbabwe Independent heard this week.

Farming officials this week said over 40 farmers have returned to Zimbabwe after their attempts to re-launch their farming careers in neighbouring countries failed to take off the ground.

Justice for Agriculture chairman, John Worswick, confirmed that farmers who went to neighbouring countries faced a number of problems like commodity price changes that made contract farming unviable. Worswick cited Mozambique's skewed tobacco contract farming as the biggest problem.

"Over 30 tobacco farmers who had relocated to Mozambique have returned to Zimbabwe after a fallout with Universal Tobacco Company, the major sponsor of tobacco farming in that country," Worswick said. "The issue is before the courts at the moment so I can't give details. However, farmers doing other crops in the same country have recorded successful stories."

Worswick said farmers in Zambia and Malawi were having problems coping with falling commodity prices against local currencies that are appreciating in value.

"Around 10 families have returned from both Zambia and Malawi against the revaluation of the Kwacha," he said. "Farmers need to be doing diverse business ventures to survive such an environment." He said farmers returned from Nigeria after the government there failed to avail funds on time to kick-start the proposed projects.

The Commercial Farmers Union last week reported an increase in farm invasions and continued disturbances on remaining farmers. More than 20 African countries invited Zimbabwe's commercial farmers displaced from their properties by violent land seizures executed by government under the fast-track land reform from 2000.

Countries such as Ghana, Cameroon, Sudan, Guinea Bissau, Benin, Central African Republic and Namibia had offered the farmers vast stretches of land. [TOP](#)

Fonte: <http://allafrica.com/stories/200706010470.html> - 01.06.07

Brazil's ethanol slaves: 200,000 migrant sugar cutters who prop up renewable energy boom

Tom Phillips

Behind rusty gates, the heart of Brazil's energy revolution can be found in the stale air of a squalid red-brick tenement building. Inside, dozens of road-weary migrant workers are crammed into minuscule cubicles, filled with rickety bunk-beds and unpacked bags, preparing for their first day at work in the sugar plantations of Sao Paulo.

This is Palmares Paulista, a rural town 230 miles from Sao Paulo and the centre of a South American renewable energy boom that is transforming Brazil into a global reference point on how to cut carbon emissions and oil imports at the same time.

Inside the prison-like construction are the cortadores de cana - sugar cane cutters - part of a destitute migrant workforce of about 200,000 men who help prop up Brazil's ethanol industry.

Biofuels are mega-business in Brazil. Such has been the success of the country's ethanol programme - launched during the 1970s military dictatorship - that it is now attracting attention from around the world. Yesterday President George Bush arrived in Sao Paulo to announce an "ethanol alliance" with his Brazilian counterpart, Luiz Inacio "Lula" da Silva. The bilateral agreement has been touted by the Brazilian media as the first step towards the creation of an "ethanol Opec".

Last year sugar and alcohol were Brazil's second biggest agricultural export products, worth an estimated \$8bn (£4bn). Producers, meanwhile, expect the country's sugar cane production to jump by 55% in the coming six years, largely because of growing demand from the US and Europe. They hope that closer trade ties with the US in particular will help accelerate the ethanol industry's growth, providing jobs and funding the construction of dozens of new processing plants in the region.

But drive to the outskirts of Palmares Paulista and a much bleaker picture emerges of what President Lula has dubbed Brazil's "energy revolution". On one side, thick green plantations of sugar cane stretch out as far as the eye can see; on the other lopsided red-brick shacks crowd together, home to hundreds of impoverished workers who risk life and limb to provide the local factories with sugar cane.

Economic refugees fleeing the country's arid and impoverished north-east, these men earn as little as 400 reais (£100) a month to provide the raw material that is fuelling this energy revolution.

Palmares Paulista is both a burgeoning agricultural town and a social catastrophe. "They arrive here with nothing," said Valeria Gardiano, who heads the social service department in Palmares, a town of 9,000 whose population swells each year with the influx of between 4,000 and 5,000 migrant workers.

"They have the clothes on their bodies and nothing else. They bring their children with malnutrition, their ill mothers-in-law. We try to reduce the problem. But there is no way we can fix it 100%. It is total exploitation," she said.

Activists go even further. They say the "cortadores" are effectively slaves and complain that Brazil's ethanol industry is, in fact, a shadowy world of middle men and human rights abuses.

"They come here because they are forced from their homes by the lack of work," said Francisco Alves, a professor from nearby Sao Carlos University who has spent more than 20 years studying Sao Paulo's migrant workforce. "They will do anything to get by."

That includes working 12-hour shifts in scorching heat and earning just over 50p per tonne of sugar

cane cut, before returning to squalid, overcrowded "guest houses" rented to them at extortionate prices by unscrupulous landlords, often ex-sugar cutters themselves.

Faced with exhausting work in temperatures of over 30C (86F), some will die. According to Sister Ines Facioli, from the Pastoral do Migrante, a Catholic support network based in nearby Guariba, 17 workers died between 2004 and 2006 as a result of overwork or exhaustion.

But the annual exodus from the northeast continues, and as foreign investment in the ethanol industry increases the numbers are expected to grow further.

Among the newest arrivals in Palmares are the Santos family, four brothers aged 19, 22, 24 and 26 who last week stepped off an illegally chartered bus after a 24-hour journey from the arid backlands of Bahia state. "We need the work," said Sidney Alves dos Santos, 24, sitting in the stuffy shack that will be his home until the harvest ends in December. "There's no other way."

In another tatty hovel Pedro Castro, a 26-year-old from Bahia, remembered last year's harvest. "It's like you are inside a bread oven," he said of the thick protective clothes needed in the plantations to protect workers from their sharp machetes. "But there's no work back home. What else are we supposed to do?"

At just after 5pm the square outside Palmares' church fills with the growl of bus engines. A fleet of a dozen battered Mercedes coaches rattle through the town centre, filled with exhausted workers returning from a day in the fields.

"It breaks your heart," said Cristina Vieira, a member of the local Catholic mission that offers support to the workers. "They think it rains money in Sao Paulo but they are chasing an illusion. When you talk to them a lot of them say: 'If I'd have known it would be like this I would never have come.' They have no rights and they can't complain to anyone - in a certain way they don't exist." [TOP](#)

Fonte:
<http://environment.guardian.co.uk/energy/story/0,,2030144,00.html> - 09.03.07

20% more Filipino DHs hired in HK this January - DoLE

Veronica Uy

Labor Secretary Arturo Brion on Thursday announced that 20 percent more Filipino domestic helpers (DHs) were hired in Hong Kong in January compared to December last year.

Brion's disclosure was made on the same day the new Philippine Overseas Employment Administration (POEA) policy on Filipino DHs went into full implementation,

The labor chief, who has come under fire for the new POEA guidelines, said new contracts for employment of DHs -- or household service workers (HSWs) as the labor department prefers to call them -- increased from 2,246 in December 2006 to 2,700 in January 2007.

He said that even on a year-on-year comparison - - citing the report of the Philippine Overseas Labor Office in Hong Kong, which verifies the work contracts of DHs -- the January 2007 figure was still higher by 22 percent than the 2,198 contracts for newly hired domestics in January 2006.

The new set of POEA rules, among others, raises the minimum salary of overseas Filipino HSWs from \$200 monthly to \$400 monthly, raises the age of eligibility from 21 years old to 23 years old, requires applicants to undergo assessment and skills training, and does away with the placement fee. In a related development, a handful of protesters from militant groups and recruitment agencies staged a rally in front of the labor department's offices to air their objection to the new rules.

Migrante spokesman Gary Martinez, who had been a factory worker in South Korea for 12 years, said they opposed the training requirement as it would only be an additional source of corruption and one more burden for departing HSWs. He said higher salaries may also drive

employers to hire HSWs from other countries who are willing to receive lower wages.

But Brion tried to allay these fears, pointing to the figures of Hong Kong. He said employers in Hong Kong do not seem discouraged from hiring Filipino HSWs.

"This is an indication that the policy reforms being instituted to provide the Filipino HSWs a cover of protection from potential abuse and exploitation abroad are not adversely affecting the preference of Hong Kong employers for overseas Filipino workers [OFWs]," Brion said.

The labor chief added that the continued preference for Filipino HSWs in Hong Kong proves the institution of the policy reforms is not only morally correct but also an illustration of the wisdom of sending only those HSWs with adequate skills and knowledge in household work.

"Despite the salary increase, many Hong Kong employers still preferred OFWs for their skills, dependability, and ability to communicate and adjust effectively in foreign environments," Brion said.

On the protesters' opposition to lengthy skills training and language competency tests, the labor chief reiterated that HSWs who have already gained experience in household work, especially abroad, need not undergo training but only the skills assessment to certify their competence. He said that only those who fail the assessment three times are required to train.

Brion also said HSWs may take free language courses at the Overseas Workers Welfare Administration if they are to be deployed to a country different from their previous employment.

[TOP](#)

Fonte:
http://archive.inquirer.net/view.php?db=1&story_id=52346-01.03.07

Economía de la migración

León Bendesky

La migración es un asunto cada vez más relevante para comprender cómo es que funciona esta economía. Tiene efectos crecientes y directos en dos campos cruciales: el mercado

laboral y el flujo de dólares. Esos efectos no son los únicos, pero están estrechamente ligados con la definición de las políticas fiscal y monetaria que han sido capaces, en los años recientes, de

crear un entorno de estabilidad financiera, aunque no de crecimiento y mayor bienestar.

La gente emigra a Estados Unidos por falta de oportunidades de trabajo en México. Pero no se trata de la falta de cualquier tipo de trabajo, sino de aquellos que ofrezcan buenas condiciones de salario, prestaciones y seguridad en el empleo. Esa seguridad tiene que ver no sólo con el hecho de que su puesto sea duradero, sino que genere, también, con el tiempo, una posibilidad de retiro viable y con dinero que alcance.

Por eso es que no es igual aproximarse a la forma en que opera el mercado de trabajo en términos del empleo, entendido de modo integral, que en los de la ocupación, como lo hace el gobierno desde hace unos años. Esta modalidad de medir la ocupación como una representación de la situación del mercado de trabajo equivale a una aceptación tácita de las condiciones de precariedad que privan en el empleo.

En el centro de la economía está el trabajo y en México no se generan suficientes empleos y, menos aún, de calidad. La migración es un elemento clave para que los desequilibrios que existen en ese mercado no se muestren en toda su dimensión.

Y, además, los migrantes aportan alrededor de 25 mil millones de dólares cada año (es la segunda fuente de divisas luego del petróleo), con los que se previene la degradación mayor de los niveles de vida de una parte relevante de la población. Pero también se contribuye, así, con la acumulación de las reservas internacionales del banco central que sirven para mantener la relativa estabilidad del peso frente al dólar, es decir, ayudan a prevenir una devaluación.

Las condiciones favorables para el trabajo no se están generando hoy, y no se ha conseguido hacerlo desde hace mucho tiempo en México, casi ya durante un cuarto de siglo. La economía no crece de manera suficiente para emplear a todos los que llegan al mercado de trabajo (en torno a un millón 250 mil personas por año) y a los que deben agregarse aquellos que pierden su empleo y buscan uno nuevo. Ese es un factor que provoca que alrededor de 600 mil personas cada año vayan a buscar trabajo en Estados Unidos.

Únicamente con esos pocos datos se aprecia la relevancia del debate legislativo sobre la reforma migratoria en el Congreso de aquel país. Las reglas que se fijen para acoger a los trabajadores migratorios de manera temporal y las que se

apliquen para legalizar a los que ya están allá afectarán la existencia de muchos mexicanos y la de sus familias, así como su seguridad y hasta su integridad física.

La ley sobre migración está aún en una etapa de discusión y va a tener muchos ajustes. La comunidad mexicana, allá y acá, debe estar muy atenta a la evolución de los debates, a las propuestas que se presenten y a la versión final de la legislación. Hay muchas posiciones e intereses encontrados dentro de los grupos políticos y diferencias entre la misma comunidad de migrantes mexicanos y sus federaciones en distintas partes de Estados Unidos.

Se trata de ver cuántos trabajadores serán admitidos, en qué condiciones y qué tipo de acciones tomarán las autoridades policiacas de la frontera para contenerlos.

Ante esas cuestiones cuya relevancia no puede exagerarse, llama la atención, aunque no sorprende, la pasividad del gobierno mexicano que, si bien es cierto está fuera del debate político en el Congreso estadounidense, podría hacer una diplomacia más activa, comprometida e inteligente a favor de los migrantes que el país expulsa todo el tiempo y de los cuales depende cada vez más.

Pero la cancillería carece de liderazgo, no se aprecia qué hace o cuando menos que quiere o intenta hacer. La reciente visita de la canciller Espinosa a la secretaria de Estado Rice pasó inadvertida, aunque ocurrió en medio del debate de la ley de migración y mostró la pasividad que priva al respecto en este gobierno. No hay una política estatal con respecto a la migración masiva y ésta es una grave carencia política y pone en evidencia una faceta más de un grave problema social.

La migración de mexicanos a Estados Unidos es un asunto de interés nacional y no hay estrategia alguna para enfrentarla. Pero el hecho es que esto representa cada vez más el fracaso de las medidas de gestión económica que se siguen aplicando en el país y la falta capacidad política para definir acciones que prevengan que la gente tenga que irse e, igualmente, que protejan a los migrantes. La comunidad mexicana en Estados Unidos representa cada vez más una fuerza económica y política que no puede ignorarse.

TOP

Fonte:
<http://www.jornada.unam.mx/2007/05/28/index.php?section=opinion&article=029a1eco> - 28.05.07

Migrantes paraguayos están entre los mejor pagados en España

No da para lujos, considerando el elevado costo de vida en Europa, pero dentro del rango de las remuneraciones que reciben los trabajadores no calificados en España, los migrantes paraguayos que trabajan en España se encuentran entre los mejor pagados. Así refleja una encuesta con inmigrantes latinoamericanos realizada por la consultora Bendixen y Asociados para el Fondo Multilateral de Inversiones (FOMIN), del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Según el documento, presentado el martes en Madrid, el 59% de los 35.000 migrantes paraguayos que trabajan en el país ibérico tienen ingresos anuales que superan los 10 mil euros (70 millones de guaraníes), por encima de peruanos (55%), dominicanos (48%) y bolivianos (40%). Los mejor remunerados son colombianos (64%) y argentinos (62%).

El monto que percibe el grueso de los trabajadores paraguayos equivale a unos 5.600.000 guaraníes mensuales. En contrapartida, es baja la cantidad de compatriotas que al año gana menos que la cifra indicada: 34%, versus 25% de los argentinos, 30% de los colombianos y 33% de peruanos y ecuatorianos. En este ítem, la colectividad que menos gana es la boliviana (solo el 49% percibe más de 10.000 euros).

Un apartado del trabajo precisa que el 48% de los exiliados económicos de América Latina percibe entre 10.000 y 20.000 euros anuales (70 a 140 millones de guaraníes anuales).

El estudio está basado en 1.100 entrevistas realizadas entre el 23 de marzo y el 23 de abril pasados en 19 comunidades autónomas de España. Incluye a ciudadanos de Ecuador, Colombia, Argentina, Bolivia, Perú, Venezuela, Brasil, República Dominicana, Cuba, Uruguay, Chile, Centroamérica, México y Paraguay.

Pocos Paraguayos

La migración desde el Paraguay a España es un hecho reciente y así lo demuestran las estadísticas, pues el 69% de los compatriotas encuestados respondió que lleva en la nación europea menos de tres años, mientras que el 20% está hace más tiempo.

Tal vez por eso, la colectividad paraguaya es la más pequeña entre las poblaciones latinoamericanas en la Madre Patria, con 35.000 personas identificadas sobre un total de 1.820.000 latinoamericanos. La más numerosa es la ecuatoriana, con 414.000 ciudadanos,

seguida por la colombiana (269.000), argentina (262.000) y boliviana (136.000), entre otras.

En consecuencia, aunque parezca que se va vaciando el país por la incesante ida de paraguayos y paraguayas, en realidad es la comunidad extranjera más pequeña de España.

Por otra parte, las estimaciones realizadas el año pasado por el BID indican que al Paraguay llegaron desde España unos 650 millones de dólares. La encuesta presentada ahora permite conocer precisiones sobre la cantidad de dinero que cada migrante envía a su país cada vez que lo hace, y las vías utilizadas. En el caso de los paraguayos, la mayoría (49%) manda más de 200 euros en cada envío (1.340.000 guaraníes, es decir, poco más de un salario mínimo paraguayo) y, el 45%, menos de 200 euros.

Asimismo, el 56% de los paraguayos envía dinero a sus familiares, mientras que el 46% no lo hace. Dominicanos (88%), ecuatorianos (86%) y peruanos (82%) son quienes más aportan a las economías de sus familias. En promedio, el migrante latinoamericano remesa 270 euros por vez.

Escasa bancarización

El informe señala que, en promedio, los migrantes latinoamericanos envían a sus familias el 15% de sus ingresos anuales, lo que es positivo no solo para Latinoamérica sino también para la propia España, ya que el 85% del dinero restante queda en el país ibérico.

Otro aspecto importante es la escasa bancarización de los migrantes. El 81% de los paraguayos no posee una cuenta bancaria, porcentaje que está en línea con los demás grupos: Peruanos (86%), colombianos (78%), ecuatorianos (76%), bolivianos (75%), argentinos (72%) y dominicanos (69%).

Con respecto al dinero que ganan, el 25% de los paraguayos encuestados respondieron que destinarían parte de sus ingresos para establecer un negocio en su país de origen y un porcentaje

similar (22%) dijo que pretende hacerlo en España.

En cuanto a las condiciones en que viven los paraguayos, el 88% lo hace en pisos de alquiler mientras que el 6% es propietario de una vivienda. Es la segunda población que más vive en alquiler, superada solo por la boliviana (93%). Igualmente, la mayor parte -el 56%- es contribuyente del sistema de seguridad social de España, lo que le permite acceder a la buena cobertura en materia de salud y beneficios sociales.

Siempre según la encuesta, actualmente viven en España 1.820.000 migrantes latinoamericanos adultos, lo que equivale al 5% de la población adulta de España. El resto de los extranjeros en el país ibérico constituye una porción similar: 6%, mientras que los españoles adultos totalizan el 89%, con 32.700.000 personas.

El universo de migrantes laborales de este lado del océano Atlántico se ha triplicado en apenas cinco años, pasando de algo menos de medio millón de personas en el año 2001 a un poco más de 1,5 millones en enero de 2006.

Para abril de este año, el estudio estima que esa cantidad creció a 1,8 millones de habitantes.

Un tercio trabaja en servicios

Otros aspectos revelados por la encuesta encargada por el Fomin, dependencia del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), tiene que ver con el perfil social de los migrantes latinoamericanos en España. Por ejemplo, la

mayor parte -el 47%- responde que está en ese país por razones de desempleo, el 33% en busca de más oportunidades económicas, el 14% para convivir con familiares y amigos y el 6% por razones de estudio.

Un tercio de los exiliados trabaja en servicios diversos, como domésticas, cocineras, cuidadoras, empleados de limpieza, peluqueras, entre otros. El 24% son obreros de la construcción, peones y actividades similares. También existe una porción -el 11%- que ejerce profesiones liberales como la abogacía y la psicología.

Hay más mujeres que varones viviendo en España, pues el 55% de los migrantes son del sexo femenino y el 45% del sexo masculino. A la hora de enviar dinero, sin embargo, la relación se invierte, pues son más los varones que lo hace: el 55% son hombres y el 45% mujeres.

Asimismo, el 43% de los remitentes de divisas tiene entre 35 y 49 años de edad, en tanto que el 40% tiene entre 25 y 34 años. El grueso tiene una formación intermedia, pues el 38% de los encuestados declara haber completado la secundaria.

En los últimos 12 meses, los latinoamericanos residentes en España remitieron a sus países de origen 3.730 millones de euros, equivalentes a 5.030 millones de dólares. [TOP](#)

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/noticias.php?not=161045>
- 07.06.07

Más de la mitad de los inmigrantes que trabajan por su cuenta son mujeres

Poco más de dos tercios de los afiliados extranjeros a la Seguridad Social son mujeres. Sin embargo, cuando la lente con la que se observan las estadísticas se fija en los 241.000 inmigrantes que trabajan por cuenta propia, el peso femenino se incrementa hasta el 52,2%. Un dato que se explica por la importante presencia de mujeres inmigrantes entre los registrados inscritos en régimen de los empleados de hogar. Así lo recoge el estudio de la Fundación La Caixa El empresariado inmigrante en España, presentado ayer en Madrid.

El peso femenino cede cuando se analizan los resultados de los afiliados autónomos exclusivamente. En este caso, los hombres representan

dos tercios del total, encabezados por aquellos que proceden de China (26,8%) y con una edad media de 41 años.

La tardía edad a la que los inmigrantes deciden establecerse como autónomos, que supera la edad media de los trabajadores extranjeros en España, se debe a que los inmigrantes pasan un tiempo en el país de acogida antes de decidir establecerse por su cuenta.

El comercio acapara el 30,3% de los inmigrantes registrados como autónomos, según el Anuario Estadístico de la Inmigración 2005, fuente a la que acude el estudio. Tras el comercio, aparece la hostelería (19,8%), seguido de dos segmentos

relacionados con el ladrillo: la construcción (16,2%) y las actividades inmobiliarias (14,7%).

Para poner en marcha sus negocios, los extranjeros acuden a préstamos de entidades financieras (préstamos y microcréditos) y a los "recursos étnicos", como lo define el estudio. Estos recursos son ayudas que se dan dentro de

las redes del colectivo de inmigrantes de la misma nacionalidad y que se asientan en la confianza. [TOP](#)

Fonte:

http://www.elpais.com/articulo/economia/mitad/inmigrantes/trabajan/cuenta/mujeres/elpepueco/20070525elpepieco_16/Tes - 25.05.07

Rusia prohíbe a los extranjeros vender

Cientos de miles de caucáseos y asiáticos pierden sus trabajos por una norma que les impide tener puestos en los mercados

PILAR BONET

A partir de ayer los extranjeros ya no pueden despachar en los mercados rusos, al haber entrado en vigor el 1 de abril la disposición gubernamental que les prohíbe comerciar al por menor. Los tenderetes desiertos y la subida de los precios son las dos consecuencias más inmediatas de una medida que los grupos de derechos humanos han criticado como discriminatoria y racista.

La prohibición, firmada por el primer ministro Mijaíl Fradkov, data del 15 de noviembre y prevé eliminar a los extranjeros del comercio al por menor en dos fases: la primera, desde principios de enero hasta fines de marzo, redujo su número hasta un 40% de los vendedores; la segunda, que comenzó ayer, los aparta totalmente del mostrador. Algunos dirigentes rusos, como el ministro de Desarrollo Económico German Gref, han indicado que la medida podría revisarse a fines de diciembre si el balance de su aplicación es negativo.

El objetivo de la nueva normativa es en teoría estimular el acceso de los agricultores rusos al comercio. Los campesinos rusos, sin embargo, no están preparados para sustituir a los caucáseos o asiáticos que han sido los tradicionales vendedores de los mercados, al no disponer de un surtido de mercancía tan amplio y carecer de infraestructura.

En los últimos meses, algunos mercados de Moscú por ejemplo, presentaban un surtido más limitado de lo habitual. La imagen de ancianas rusas despachando coles en salmuera y patatas terrosas donde antes había azerbaiyanos o georgianos ofreciendo succulentas verduras resultaba algo inquietante para los habituales parroquianos de estos establecimientos. En

Rusia hay más de seis mil mercados y en ellos se abastecen la mayoría de los ciudadanos, ya que son más baratos que los supermercados. En las restricciones podrían haber desempeñado un papel los propietarios de los supermercados, un sector en desarrollo en el cual están haciendo carrera los veteranos de los Servicios de Seguridad del Estado y de la policía, según manifestó a esta corresponsal el responsable de un mercado de Moscú. "Ellos son la verdadera mafia", añadió.

En virtud de la nueva normativa, los extranjeros no pueden trabajar como dependientes en las tiendas, cafés y restaurantes, ya que tienen prohibido también vender alcohol, pero podrán ejercer de mozos de carga o basureros y tienen derecho a ser propietarios de comercios. En calidad de tales, pueden contratar como dependientes a ciudadanos rusos.

Las restricciones tienen su origen en unos comentarios del presidente Vladímir Putin. En octubre de 2006 éste exigió que se pusiera orden en los mercados para protegerlos de "los especuladores que se llenan los bolsillos". Putin reaccionaba así a los enfrentamientos raciales en la ciudad de Kondopoga, en la región de Karelia, donde dos personas perecieron en una masiva reyerta entre habitantes locales y oriundos del Cáucaso.

Muchos comerciantes extranjeros se han preparado para las restricciones y han conseguido la nacionalidad rusa o han contratado a vendedores locales. Las autoridades de distintas regiones se han quejado de que los comerciantes locales aprovechaban la situación para comprar las mercancías a los extranjeros y subirles los precios. El gobernador de Sajalín, en

la costa del Pacífico, dijo haber intervenido para que los chinos pudieran seguir despachando en los mercados de la isla y para evitar los precios de monopolio. Los chinos constituyen el grueso de los vendedores de los mercados en el Lejano Oriente ruso. A la vista de los problemas, muchos esperaban que el Gobierno central no se atrevería a imponer la medida. En los mercados de Moscú hay entre 18.000 y 20.000 extranjeros, un 30% menos que en enero pasado.

Los funcionarios del servicio de emigración detuvieron ayer a cuatro extranjeros ilegales durante una inspección en los mercados de la capital, que son más de cien. El jefe del servicio de consumo de Rusia, Guennadi Oníshcheko, manifestó la semana pasada que una de sus principales tareas es no permitir el aumento de los precios después del primero de abril, cuando los puestos de trabajo de los extranjeros sean ocupados por los rusos. "Lo importante hoy es no permitir una subida especulativa de precios", manifestó Oníshchenko. El jefe del departamento de trabajo de Rusia, Maksim Topolin opinó que los dependientes se cotizan hoy más como consecuencia de la marcha de los extranjeros ilegales.

Los emigrantes son percibidos como una amenaza por parte de la sociedad rusa y constituyen una presa fácil e indefensa de los grupos xenófobos radicales. Las restricciones de las que son objeto en los mercados contrastan con la política liberalizadora de la emigración que Rusia ha iniciado a principio de año. Rusia, el segundo receptor de emigrantes del mundo después de Estados Unidos, quiere compensar así el encogimiento demográfico con emigrantes temporales y planea una cuota de seis millones de inmigrantes en todo el Estado para 2007 (de ellos 700.000 en Moscú). En Rusia hay entre 10 millones y 12 millones de sin papeles, según datos del servicio Federal de Emigración, pero los especialistas dan una cifra de cinco millones.

Restricciones al comercio

- El Gobierno ordenó el 15 de noviembre pasado la salida de los extranjeros de la actividad del comercio al por menor- Los grupos de derechos humanos califican la medida de discriminatoria y racista- Caucáseos y asiáticos son los vendedores tradicionales de los mercados rusos- La medida pretende alentar a los campesinos rusos para que tengan sus propios puestos. **TOP**

Fonte: http://www.elpais.com/articulo/internacional/Rusia/prohibe/extranjeros/vender/elpepuint/20070402elpepiint_3/Tes
- 02.04.07

Crece la presencia extranjera en el negocio de las verduras

La comunidad boliviana es la primera minoría y la siguen los productores japoneses.

Matías Longoni

El primer Censo Horti-florícola de la Provincia de Buenos Aires expuso un dato que definitivamente entierra la simple postal de la señora boliviana ofreciendo verduras en las puertas del supermercado.

De los 3.856 productores que existen en territorio bonaerense, 949 son bolivianos y — bastante más atrás en el ranking — vienen los japoneses, con 149 explotaciones. Es decir que una cuarta parte del negocio está en manos de la comunidad boliviana radicada en el país, en una tendencia que además se extiende al comercio mayorista y minorista.

La del censo — que fue realizado por el Ministerio de Asuntos Agrarios bonaerense — es la primera cifra que cuantifica la fuerte inserción de los bolivianos en la producción hortícola.

Pero se trata de un fenómeno que se extiende más allá de Buenos Aires. Germán Quaranta, investigador del Conicet y estudioso del tema, afirma que esa comunidad primero desembarcó en los cinturones verdes de las grandes metrópolis, pero luego se extendió a toda la geografía nacional. Actualmente hay colonias hortícolas bolivianas radicadas en todo el país.

No es tampoco un proceso reciente. Orlando Leaños es hijo de un boliviano que hace 40 años llegó al país y comenzó a producir verduras en José C. Paz, en el oeste del conurbano bonaerense, uno de los lugares donde la presencia de bolivianos es más fuerte. Hay otros lugares claves: Pilar, Moreno, el Gran La Plata, Florencio Varela, Berazategui, Gral. Rodríguez. En Escobar, los bolivianos hace rato desplazaron a la otra colectividad que puso su sello a la

actividad, los japoneses, de los que apenas quedan 149 productores, de acuerdo al censo.

Quaranta, que además integra un equipo de la Facultad de Agronomía liderado por Roberto Benencia — quien desde hace 20 años estudia este fenómeno —, dice que el origen de la inserción boliviana en la producción de verduras se produjo a raíz de la crisis de rentabilidad que sufrió el sector a fines de los ochenta.

Los productores argentinos que lograron tecnificarse (levantar invernáculos) y tenían escala lograron sobrevivir. Pero muchos otros, hijos de otras oleadas de inmigrantes, quedaron en el camino. En su reemplazo aparecieron los bolivianos.

"Las familias bolivianas logran sobrevivir a base de un esfuerzo sobrehumano de trabajo y restringiendo mucho su consumo. Van ahorrando a fuerza de no consumir, y en cuanto pueden intentan dar el salto y se convierten en productores", dice el experto del Conicet. Pablo Urdapilleta, secretario de Agricultura bonaerense y responsable del censo, coincide en el origen del fenómeno: "Todo el mundo conoce que el boliviano es una persona muy trabajadora".

"La gente viene a trabajar, no les queda otra. A muchos bolivianos, llegando acá y más por un

tema de documentación, no les queda otra alternativa que estar en la quinta", relata Leaños.

Es un dato que todavía debe medirse, aunque ya se sepa: además de producir una parte importante de la verdura que consumen la Capital Federal y el GBA, la principal colectividad extranjera en el país también ha avanzado mucho en la comercialización

"Pasaron de estar en la puerta del comercio a tomar muchas de las verdulerías tradicionales e incluso los locales de verdulería de los supermercados chinos. Por lo que yo veo, los tipos tienen muy buen poder de compra, pagan en efectivo y caminan mucho para comprar bien", relató un histórico del Mercado Central.

Los estigmas más comunes

A pesar de ser un actor económico importante, la colectividad boliviana carga con algunos estigmas: se le atribuyen altas dosis de informalidad impositiva, sanitaria y laboral (hay denuncias de que utiliza "mano de obra esclava", como en el rubro textil). Además, padece la xenofobia y el racismo. Leaños argumenta: "hay gente que nos quiere y otra que te discrimina mucho porque envidia que vos trabajes y ellos no". **TOP**

Fonte: <http://www.clarin.com/diario/2007/01/22/elpais/p-01401.htm> - 22.01.07

Mayoría de los inmigrantes mexicanos en EEUU tenía empleo en su país, según estudio

Bank of America ofrece tarjetas de crédito a indocumentados

El 60 por ciento de los inmigrantes mexicanos en EEUU tenía empleo en su país y la mayoría devenga más de mil dólares al mes en territorio estadounidense, según un estudio del banco emisor difundido por el diario mexicano "El Universal".

El estudio del Banco de México (Banxico, central) señala, además, que el 65 por ciento de los inmigrantes tenía familiares en Estados Unidos al momento de llegar a ese país, donde el 90 por ciento de ellos lo hizo a casa de algún compatriota.

Asimismo, el Banxico estableció que 7 de cada 10 inmigrantes mexicanos cursaron estudios secundarios, mientras que sólo el 5,6 por ciento cuenta "con algún grado de estudios profesionales o de postgrado".

La investigación indica que el nivel de ingresos y el envío de remesas a México es proporcional al grado de escolaridad, pues un inmigrante con posgrado devenga unos 3.771 dólares mensuales, en promedio, y envía a su país 548 dólares cada mes.

Por su parte, los inmigrantes con baja escolaridad ganan 1.806 dólares mensuales, en promedio, y envían a sus familiares en México 307 dólares cada mes, según el estudio del Banxico.

Las actividades mejor remuneradas en EEUU son las de chófer, mecánico automotriz y la construcción, con ingresos mensuales de 2.958 dólares, 2.396 y 2.301 dólares, respectivamente, enfatiza el estudio, elaborado a partir de

encuestas practicadas a los inmigrantes sin considerar su estatus migratorio, añade.

Se estima que unos 450.000 mexicanos viajan legal o ilegalmente cada año al vecino país y que los residentes en el exterior enviaron el año pasado a México 23.054 millones de dólares en remesas, en comparación con los 20.000 millones de dólares de 2005.

El reporte titulado "Las remesas familiares en México. Inversión de los recursos de migrantes", elaborado por el Banxico, establece que de cada 100 pesos (9,1 dólares) que ingresan a México, 86 (7,8 dólares) son utilizados por sus receptores para el consumo y la manutención de la familia.

Seis de cada cien pesos (0,5 de cada 9,1 dólares) que ingresan por remesas son utilizados para educación de familiares, tres pesos (0,27 dólares) para mejoras en inmuebles y "el resto del dinero es utilizado para mejoras en la comunidad y pequeñas operaciones comerciales", según el estudio.

"Más allá del mito de que los mexicanos se van a EEUU porque no tienen trabajo en el país, una encuesta elaborada por el Banxico revela que 6 de cada 10 inmigrantes tenían un empleo en México antes de irse", reseña "El Universal".

Diversos estudiosos del fenómeno migratorio aseguran que la disparidad del desarrollo económico y los ingresos salariales entre México y EEUU son la principal fuente de presión de la emigración masiva hacia el país del norte.

Esos expertos ilustran su teoría con el hecho de que los inmigrantes mexicanos en EEUU devengan por lo menos 1.000 dólares al mes, mientras que el salario mínimo en el país latinoamericano no supera los 2.000 pesos mensuales (183 dólares).

México, EEUU y Canadá son socios desde 1994 en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) que, según sus críticos, ha abierto el intercambio de bienes y servicios pero no la movilidad laboral.

El experto en cuestiones migratorias Raúl Delgado, investigador de la mexicana Universidad Autónoma de Zacatecas, señaló el lunes que el TLCAN disparó la emigración de México a EEUU y no redujo la brecha en los salarios entre los dos países. [TOP](#)

Fonte:

<http://latino.msn.com/noticias/articulos/articlepage.aspx?cp-documentid=2986812> - 13.02.07

Inmigrantes, esenciales para economía estadounidense: secretario de Comercio

Se requiere un plan de trabajadores temporales, asegura

AFP - Washington, 15 de mayo. Estados Unidos necesita inmigrantes para mantener el crecimiento de su economía, afectada por una insuficiente mano de obra, dijo el martes el secretario de Comercio de Estados Unidos, Carlos Gutierrez, mientras el Senado busca un acuerdo sobre una reforma migratoria. Durante un discurso ante la Federación Nacional de Minoristas en Washington, Gutierrez enfatizó que la economía estadounidense necesita la "fuerza de trabajo" de los inmigrantes para asegurar el crecimiento.

"Debemos crear un programa de trabajadores temporales", dijo el funcionario, repitiendo uno de los ejes centrales de la idea de reforma que promueve la Casa Blanca: la creación de un sistema que permita a trabajadores extranjeros residir y trabajar legalmente durante un plazo determinado en el país.

Llamó asimismo a reconocer que existe una "creciente escasez de trabajadores nacidos" en Estados Unidos y "la realidad de que no se puede mantener crecimiento económico sin una fuerza de trabajo. La demografía no está de nuestro lado y no nos será útil", reiteró. "No se puede hacer crecer la economía a 3 por ciento (3.1 por ciento fue el crecimiento el año pasado, recordó) si la fuerza de trabajo está aumentando a (un ritmo de) 0.3 por ciento", ejemplificó Gutierrez, quien emigró con su familia desde Cuba y se naturalizó estadounidense.

"La población no será capaz de sostener el crecimiento económico a menos que continuemos abrazando (...) la inmigración legal", añadió. "Este fenómeno no es algo a ser tolerado, (sino que) realmente debe ser abrazado porque es nuestra gran oportunidad de tener una ventaja sobre el resto del mundo", sostuvo.

Gutierrez sostuvo que el espectro de soluciones para un sistema migratorio "que necesita ser reformado" va desde una amnistía para los 12 millones de ilegales que se estima residen en el país, hasta una deportación masiva, pero "ninguna opción (como esas) es realista. La solución (...) está en alguna parte en el medio de estos extremos", dijo.

Reiteró la postura de la Casa Blanca de que una reforma de las leyes migratorias debe permitir asegurar la porosa frontera sur, llevar un registro de quienes ingresan y quienes residen en el país, y que los empleadores dispongan de un sistema para verificar si los trabajadores tienen sus papeles en regla.

Reconoció, en declaraciones posteriores a periodistas, que los inmigrantes ilegales están

atemorizados por las redadas que realizan las autoridades migratorias desde diciembre pasado, con saldo de centenares de detenidos y múltiples deportaciones.

Aunque "hay personas que tal vez no se quieren quedar" en Estados Unidos luego de inmigrar, debido a las leyes vigentes, "tampoco se quieren salir porque no saben si van a poder regresar", reconoció. "Hoy la gente está estancada, con miedo de salir a la calle por todo el problema de los raids (redadas)", dijo Gutierrez hablando en español. "La cosa es darle a la gente una opción", insistió. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2007/05/16/index.php?section=sociedad&article=043n2soc> - 16.05.07

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Settembre 2007 – Cultura: xenofobia / discriminazioni
- Dicembre 2007 – Migrazioni forzate: Rifugiati
- Marzo 2008 – Migrazioni Internazionali: Leggi Migratorie

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Setembro 2007 – Cultura: xenofobia / discriminações
- Dezembro 2007 – Migrações forçadas: Refugiados
- Março 2008 – Migrações Internacionais: Legislações

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- September 2007 – Culture: xenophobia / discriminations
- December 2007 – Forced migration: Refugees
- Marz 2008 – International Migration: Laws

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Septiembre 2007 – Cultura: xenofobia / discriminaciones
- Diciembre 2007 – Migraciones forzadas: Refugiados
- Marzo 2007 – Migraciones Internacionales: Leyes

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. A CAMPANHA DA FRATERNIDADE /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... POR QUÊ ?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO FRENTE O NOVO MILÊNIO
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração